



Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Politécnico de Coimbra



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

Alcirene Nória Gaspar Queta

**Dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS no Setor
Empresarial Público Angolano**

Coimbra, novembro de 2022



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

Alcirene Núria Gaspar Queta

Dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS no Setor Empresarial Público Angolano

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Auditoria Empresarial e Pública**, realizada sob a orientação da Professora Doutora Fernanda Cristina Pedrosa Alberto.

Coimbra, novembro de 2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

AGRADECIMENTOS

Sempre sonhei em ser mestre, mas nem eu sabia há dez anos, quando terminei a minha licenciatura, de como seria este processo. Um mestrado é uma caminhada com inúmeros desafios, dúvidas, alegrias, tristezas e muitos socalcos pelo caminho, mas apesar do difícil projeto, sim difícil em um país, novo, com duas crianças menores e plena pandemia da COVID-19, ainda assim poder contar com o apoio de várias pessoas, a quem dedico especialmente este projeto de vida.

Primeiramente agradeço a Deus por ser o meu guia presente em todas as etapas.

Ao meu querido pai e amigo Simão Tomás Queta pelo suporte permanente e aos meus amados filhos Cirio Nelumba e Otchaly Nelumba, por serem compreensíveis e serem companheiros durante a jornada.

À minha orientadora, Professora Doutora Fernanda Alberto, por não ter desistido de mim; agradeço a orientação exemplar, pautada pelo elevado rigor, um interesse contínuo e uma visão crítica e oportuna, um empenho incedível e saudavelmente exigente, as suas chamadas de atenção fizeram de mim uma nova mulher.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado, especialmente ao meu colega e amigo Adolfo Cabeia, agradeço o apoio incondicional, pela insistente partilha de conhecimento; foste um grande mestre que ajudou a tornar este mestrado uma agradável experiência.

Agradeço a todas as pessoas que disponibilizaram o seu tempo de forma direta ou indireta ao longo da elaboração deste trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

Nos dias de hoje as empresas encontram-se a passar um momento incomparável, devido à globalização dos mercados e à conseqüente internacionalização dos negócios, no qual a informação financeira se tornou um recurso fundamental para o seu sucesso. Neste sentido, é importante que o seu relato financeiro seja efetuado de forma célere, transparente e objetiva, tendo como base normas consideradas de qualidade e de ampla utilização, como é o caso das normas internacionais de contabilidade, as *International Accounting Standards* (IAS) e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Apesar destas normas permitirem a harmonização contabilística a nível internacional, todo o processo de adoção interna, num determinado país, encontra-se profundamente dependente de vários fatores (políticos, culturais, económicos e sociais), que podem resultar em barreiras à adoção destas normas. No caso de Angola, a implementação destas normas ainda não está estendida com carácter obrigatório, pese reconhecer-se as vantagens e algumas pressões externas nesse sentido.

Deste modo, a presente investigação tem como objetivo identificar as dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS no Setor Empresarial Público Angolano (SEPA). Para o efeito, realizou-se uma investigação assente na metodologia qualitativa, aplicando-se entrevistas a contabilistas, alguns também com funções de gestão e ligados a organizações profissionais da área, integrantes do SEPA. Os resultados demonstram que uma das principais dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS no SEPA prende-se com um certo desinteresse por parte dos órgãos competentes em adequar o atual normativo contabilístico ao enquadramento contabilístico internacional. Também as chefias, devido ao excesso de trabalho, não têm disponibilidade para fazer esta adaptação de forma contínua. Para ultrapassar estas dificuldades, a formação dos recursos humanos, assim como o recurso a entidades estrangeiras que já passaram por este processo parece ser essencial. No entanto, para essa adaptação, é fundamental o envolvimento das entidades competentes, como é o caso do Ministério das Finanças.

A presente investigação constitui uma importante ajuda no sentido da harmonização contabilística em Angola, uma vez que identifica os principais obstáculos e barreiras para que esta aconteça, ajudando, deste modo, as entidades competentes, como a Ordem dos

Contabilistas Angolanos, a definir estratégias para que estes sejam mitigados e resolvidos e a harmonização contabilística possa efetivamente acontecer.

Palavras-chave: Angola; Harmonização Contabilística; IAS/IFRS; Relato financeiro.

ABSTRACT

Nowadays, companies are going through an incomparable moment, due to the globalization of markets and the consequent internationalization of business, in which financial information has become a fundamental resource for their success. In this sense, it is important that their financial reporting is carried out in a swift, transparent, and objective manner, based on standards considered to be of quality and widely used, such as the International Accounting Standards (IAS) and the International Financial Reporting Standards (IFRS), issued by the International Accounting Standards Board. Although these standards permit accounting harmonization at the international level, the entire internal adoption process in each country is profoundly dependent on various factors, namely political, cultural, economic, and social factors, which may result in barriers to the adoption of these standards. In the case of Angola, the implementation of these norms has not yet been extended in a mandatory manner, although the advantages and some external pressures in this direction are recognized.

Thus, this study aims to identify the difficulties in implementing the IAS/IFRS international standards in the Angolan Public Business Sector (SEPA). To this end, research was conducted based on qualitative methodology, applying interviews to nine accountants, some of whom also hold management positions and are linked to professional organizations in the area, which are members of SEPA. The results show that one of the main difficulties in implementing the IAS/IFRS in SEPA is related to a certain lack of interest by the competent bodies in adapting the current accounting standards to the international accounting framework. At the same time, the managers themselves, due to a question of overwork, do not have the availability to make this adaptation on an ongoing basis. To overcome these difficulties, the training of human resources, as well as the use of foreign entities that have already gone through this process seems to be essential. However, only the involvement of competent entities, as is the case of the Ministry of Finance, can effectively accomplish this adaptation. This research is an important aid towards accounting harmonization in Angola, since it identifies the main obstacles and barriers for this to happen, thus helping the competent entities, such as the Angolan Accountants' Association, to define strategies so that these can be mitigated and resolved, and accounting harmonization can effectively take place.

Keywords: Accounting Harmonisation; Angola; Financial reporting; IAS/IFRS.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
1 AS NORMAS INTERNACIONAIS IAS/IFRS E A HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	4
1.1 A harmonização das normas e das práticas contabilísticas	4
1.2 A adoção das normas internacionais IAS/IFRS	6
1.3 Entidades mais propensas a adotar as IAS/IFRS	11
1.4 Obstáculos no processo de adoção das IAS/IFRS.....	12
2 AMBIENTE INSTITUCIONAL E O SISTEMA CONTABILÍSTICO ANGOLANO.....	16
2.1 Enquadramento socioeconómico de Angola.....	16
2.2 As empresas do Setor Empresarial Público Angolano.....	18
2.3 Enquadramento contabilístico de Angola	19
2.4 A harmonização contabilística em Angola	21
3 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	26
3.1 Tipo de investigação	26
3.2 Questão de investigação e objetivos	27
3.3 População e amostra.....	28
3.4 Instrumentos de recolha de dados	29
3.5 Método de análise dos dados.....	30
3.6 Triangulação de dados.....	31
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	33
4.1 Caracterização da amostra.....	33
4.2 Caracterização do sistema contabilístico angolano.....	34
4.3 Caracterização do processo contabilístico no SEPA.....	35
4.4 Dificuldades de adoção das IAS/IFRS em Angola	36

4.5	Benefícios das IAS/IFRS para o SEPA.....	41
4.6	Dificuldades de adoção das IAS/IFRS no SEPA	42
4.7	Medidas e estratégias para ultrapassar as dificuldades de adoção das IAS/IFRS	43
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
	LEGISLAÇÃO	56
	APÊNDICES	58
	APÊNDICE 1. GUIÃO DA ENTREVISTA	59
	ANEXOS	61
	ANEXO I - EMPRESAS DO SETOR EMPRESARIAL PÚBLICO ANGOLANO .	62
	ANEXO II – TABELA DE CODIFICAÇÃO DA ENTREVISTA	66

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1: Tipos de sistemas internacionais contabilísticos	5
Tabela 1.2: Determinantes da adoção das IAS/IFRS nos países em vias de desenvolvimento	10
Tabela 2.1: Grau de aproximação entre o PGCA e o referencial contabilístico IAS/IFRS	22
Tabela 3.1: Tabela de codificação de entrevistas	31

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1: Grau de convergência entre o PGCA e as IAS/IFRS desde a sua publicação	25
Figura 4.1: Nuvem de palavras “Dificuldades de adoção das IAS/IFRS no SEPA”.....	42

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AICPA - *Association of International Certified Professional Accountants*

BM – Banco Mundial

BNA - Banco Nacional de Angola

BVDA - Bolsa de Valores e Derivados de Angola

CNNA - Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola

FASB – *Financial Accounting Standard Board*

FMI – Fundo Monetário Internacional

IASB - *International Accounting Standards Board*

IAS – *International Accounting Standards*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

INTOSAI - Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores

IOSCO – *International Organization of Securities Commissions*

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LBSEP - Lei das Bases do Setor Empresarial Público

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

OCPCA – Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PGCA – Plano Geral de Contabilidade de Angola

PME – Pequenas e Médias Empresas

SEPA – Setor Empresarial Público Angolano

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

INTRODUÇÃO

Devido à crescente internacionalização dos mercados de capitais, a necessidade de investigar as diferenças ao nível nacional e internacional tem vindo a aumentar consideravelmente, sendo que a globalização e as inovações tecnológicas desempenham um papel facilitador no que concerne à integração dos mercados de capitais mundiais (Mrak, 2000).

Deste modo, as operações financeiras e investimentos não se limitam aos seus próprios países. A multinacionalidade tornou-se num dos atributos mais importantes das empresas dos tempos modernos. Além disso, a economia global tem testemunhado um movimento crescente no sentido do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro, ilustrando, deste modo, a importância da comparabilidade contabilística.

Por conseguinte, verifica-se uma tendência internacional cada vez maior para assegurar que as demonstrações financeiras fornecem informação de alta qualidade que seja comparável, consistente e transparente, a fim de satisfazer as necessidades dos diferentes utilizadores. Além disso, os resultados das demonstrações financeiras não podem ser avaliados pelos decisores económicos isoladamente; os utilizadores precisam de comparar diferentes alternativas a nível mundial (Wang & Wu, 2011).

Para além da análise da informação individual das empresas, as decisões requerem uma comparação com as empresas concorrentes. Os investidores que procuram reduzir os riscos associados às oportunidades de investimento tentarão diversificar as suas carteiras em vários mercados e vários setores industriais. Também, as empresas precisam de avaliar se selecionaram os parceiros comerciais, clientes e fornecedores mais adequados. Assim, a análise de cada uma destas alternativas, a avaliação do desempenho, e a sua comparação com os concorrentes são hoje tarefas essenciais.

De acordo com a Estrutura Conceptual do *International Accounting Standards Board* (IASB), a comparabilidade está entre as características qualitativas que asseguram e aumentam a utilidade da informação financeira disponibilizada. De acordo com esse marco conceptual do IASB, deve ser possível poder comparar a informação relatada de uma entidade ao longo do tempo, assim como identificar as tendências do desempenho da entidade e da sua posição financeira e permitir a comparação entre diferentes entidades, avaliando o seu desempenho e a sua posição financeira, e alterações da mesma (IASB, 2018).

É neste sentido que surge a harmonização contabilística e as normas *International Accounting Standards* (IAS) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS) do IASB. As IAS/IFRS constituem as ferramentas para a realização dessa harmonização e dizem respeito a um conjunto de normas elaboradas e publicadas pelo IASB, com o objetivo de estabelecer um padrão na preparação e apresentação das demonstrações financeiras das empresas.

Atualmente, a maioria dos países permite ou exige a adoção das IAS/IFRS para empresas nacionais cotadas (*Association of International Certified Professional Accountants - AICPA*, 2019). As partes interessadas, tais como bancos e investidores, estão sempre à procura de informação financeira comparável. Por conseguinte, as demonstrações financeiras preparadas e auditadas utilizando elevados padrões de qualidade são essenciais para aumentar a transparência e a comparabilidade; também apoiam o crescimento contínuo dos negócios e diminuem o efeito da diversificação da economia da região (Chen et al., 2002).

No entanto, embora a adoção das IAS/IFRS seja, formalmente, crescente nos últimos anos, a harmonização prática ainda é questionável. De acordo com Chen et al. (2002), a harmonização das práticas contabilísticas é difícil de alcançar devido a diferenças ao nível cultural, jurídico, político e económico que existem entre os países. Essas diferenças verificam-se no caso de Angola.

Atualmente, Angola encontra-se em fase de reestruturação e de reconstrução após um longo período de guerra, revelando, paralelamente, um crescente desenvolvimento. Esta envolvente conduziu à recente criação do Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola (CNNA) com o objetivo de acompanhar e adaptar o atual Plano Geral de Contabilidade de Angola (PGCA) à nova realidade contabilística mundial. Como se pode ler na justificação do PGCA (2001, p.2), “embora as normas internacionais assumam um carácter de prática geralmente aceite, resultante de uma escolha coletiva com vista a solucionar problemas de carácter repetitivo, em Angola as normas contabilísticas têm até agora assumido um carácter legal que nesta fase, face às inúmeras alterações a introduzir, se optou por manter.” Por isso, um dos grandes desafios que se coloca à evolução da contabilidade de Angola é a adoção efetiva das IAS/IFRS, tema este que preocupa não só os contabilistas angolanos, assim como os gestores e investidores, nacionais e internacionais, e até o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI).

É neste sentido que surge a importância de compreender quais os principais fatores que dificultam uma maior aplicação das normas contabilísticas internacionais nas empresas angolanas, mormente nas que têm capital público, tendo em conta que a tendência é a harmonização contabilística internacional.

Deste modo, a questão de investigação à qual se pretende responder com a presente dissertação é a seguinte:

Quais as dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS no Setor Empresarial Público Angolano?

Para responder a este objetivo, desenvolveu-se uma investigação baseada no paradigma qualitativo, onde se elaborou uma entrevista semiestruturada para ser aplicada a contabilistas e outras figuras relevantes relacionadas com a contabilidade, de forma a responder à questão de partida e, assim, conseguir identificar as principais dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS no Setor Empresarial Público Angolano (SEPA).

Esta dissertação divide-se em cinco capítulos, além da presente introdução e conclusões. Na introdução justifica-se o estudo e identifica-se o problema que deverá servir de orientação para a investigação. Segue-se o enquadramento teórico, onde se aborda a harmonização contabilística e as normas internacionais de contabilidade e, no capítulo seguinte, apresenta-se o enquadramento institucional e contabilístico angolano. Para a realização destes dois capítulos recorreu-se a monografias, artigos científicos, documentos e relatórios oficiais. No capítulo terceiro apresenta-se a metodologia, explica-se o método e a técnica de recolha de dados. No capítulo quarto apresentam-se os resultados e no quinto efetua-se a sua discussão. Por fim, expõem-se as principais conclusões, enunciam-se também as limitações da investigação realizada e apontam-se algumas sugestões para futuras investigações de aspetos a explorar sobre esta temática.

1 AS NORMAS INTERNACIONAIS IAS/IFRS E A HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

No presente capítulo serão apresentadas as questões relativas à harmonização das normas e práticas contabilísticas, nomeadamente a sua conceitualização, necessidade e aplicação, assim como os principais obstáculos, barreiras e dificuldades na sua adoção, tema principal da presente investigação.

1.1 A harmonização das normas e das práticas contabilísticas

Se houvesse uma palavra para caracterizar o mundo de hoje essa palavra seria globalização. Este fenómeno pode ser definido como sendo o processo pelo qual os mercados e a produção realizada em diferentes locais do globo se tornam interdependentes, devido ao desenvolvimento dos fluxos de comércio internacional de bens, serviços e capitais assim como devido à evolução tecnológica e à sua transferência entre continentes (Amaral, 2001).

A globalização torna-se evidente através da liberdade de circulação de pessoas e bens, do *e-commerce*, da criação de grandes espaços económicos e comerciais a nível mundial, do desenvolvimento de grandes redes de transporte ao nível internacional e do crescente papel da Organização Mundial do Comércio, entre outros (Amaral, 2001).

Tendo em conta este contexto e todo o processo de globalização, observou-se a necessidade urgente da harmonização dos sistemas contabilísticos, com a finalidade de se apresentar um modelo único de contabilidade financeira (Diaconu, 2007). A harmonização das normas contabilísticas ao nível mundial vai possibilitar uma padronização no que concerne aos relatos financeiros, tornando-os comparáveis e mais transparentes, e permitindo tomadas de decisão mais fundamentadas.

As práticas contabilísticas diferem de país para país, sofrendo várias influências, tendo como base diversos fatores, como os económicos, legais, políticos e culturais. Tendo em conta as características no que respeita à apresentação da informação financeira e à contabilidade, Nobes (1996) agrupa os países em dois grandes blocos: o bloco continental e o bloco anglo-saxónico, tendo por base os aspetos identificados na tabela 1.1.

Tabela 1.1: Tipos de sistemas internacionais contabilísticos

ANGLO-SAXÓNICO	CONTINENTAL
Antecedentes	
Direito inglês	Direito romano
Profissão antiga, de grande dimensão e forte Grandes mercados de capitais	Profissão ainda recente, de pequena dimensão e fraca Pequenos mercados de capitais
Características contabilísticas genéricas	
Orientada para a imagem verdadeira e apropriada Orientada para o investidor Muita divulgação Separação entre as regras Contabilísticas e as fiscais Predominam os standards profissionais e a substância sob a forma	Orientada para a forma legal Orientada para o credor Pouca divulgação A fiscalidade domina as regras contabilísticas Predominam as disposições governamentais e a forma sob a substância
Características contabilísticas específicas	
Método da percentagem de acabamento Cálculo das amortizações de acordo com períodos de vida útil Não existência de reservas legais Não existência de provisões para impostos Reconhecimento como custos das despesas do primeiro estabelecimento	Método do contrato acabado Cálculo das amortizações de acordo com regras fiscais Existência de reservas legais Existência de provisões para impostos Capitalização das despesas do primeiro estabelecimento
Países exemplo	
Austrália Canadá Dinamarca Estados Unidos da América Holanda Nova Zelândia Reino Unido	Alemanha Bélgica França Grécia Itália Portugal Angola

Fonte: Nobes, 1996, p.38.

Pereira e Siva (2009) consideram que, hoje em dia, os negócios são caracterizados pela grande mobilidade financeira e tecnológica que abarca diferentes mercados. Tendo em conta que, diferentes países apresentam diferentes procedimentos ao nível do relato financeiro, o resultado será a produção de diversos e diferentes relatos, com diferentes estruturas e normas, o que pode levar à ocorrência de três situações indesejáveis (Pereira & Silva, 2009):

- i. Apresentação pouco clara da informação financeira, levando a uma falta de compreensão da mesma o que implica uma subida de custos do capital;

- ii. Problemas ao nível da credibilidade da empresa perante possíveis investidores e credores se a informação financeira sofrer grandes alterações de jurisdição para jurisdição;
- iii. As empresas cotadas internacionalmente em diversos mercados de capitais têm de reformular as suas contas o que implica custos.

Considerando, então, as três situações indesejáveis que podem ocorrer, a concorrência entre os diferentes mercados de capitais ao nível global é prejudicada, sendo que as empresas podem suportar elevados custos associados à obtenção de capital devido às dificuldades decorrentes da compreensão da situação económica e financeira. É neste sentido que a harmonização contabilística, de acordo com Soares (2010, p. 14), tem o seguinte propósito:

“O processo de harmonização contabilística visa harmonizar as práticas contabilísticas de diferentes países de forma a alcançar alguma comparabilidade entre as demonstrações financeiras. Com a harmonização dos diferentes sistemas contabilísticos pretendem alcançar a uniformidade e a normalização. A harmonização visa alcançar a convergência, a nível internacional, das diferentes normalizações de âmbito nacional”.

Pode-se, então, afirmar, que o principal objetivo da harmonização contabilística é a eliminação / minimização das diferenças relativas aos relatos financeiros entre os vários países, de forma a atenuar e até mesmo mitigar as dificuldades observadas, reduzindo, deste modo, as dificuldades que existem relacionadas com a comparação da informação financeira ao nível mundial.

1.2 A adoção das normas internacionais IAS/IFRS

As IAS/IFRS dizem respeito a um conjunto de normas desenvolvidas tendo como objetivo oferecerem informação transparente e comparável, de grande qualidade, sendo, assim, aceites pelos mercados de capitais ao nível global (Almeida, 2010). Estas assumem-se, deste modo, como um referencial contabilístico com o intuito de fornecer informação segura e fiável aos investidores, reduzindo possíveis disparidades de informação existentes entre os analistas e os investidores, ao mesmo tempo que possibilita o aumento da comparabilidade entre as empresas de vários países permitindo que os

custos de processamento de informação sejam reduzidos ou até mesmo eliminados (Barth et al, 2007, Cuijpers & Buijink, 2005).

A principal diferença entre as normas internacionais e as normas nacionais prende-se com a divulgação da informação e a mensuração dos ativos e passivos, sendo que, a adoção das normas IAS/IFRS vai diminuir o valor absoluto dos erros de previsão financeira dos analistas (Ashbaugh & Pincus, 2001).

A adoção das normas IAS/IFRS potenciam, assim, o reconhecimento, tendo em conta os princípios impostos no mesmo intervalo de tempo, dos valores contabilísticos quando as empresas do mesmo setor produzem e operam nas mesmas circunstâncias (Dargenidou et al., 2006). Os mesmos autores referem que as normas IAS/IFRS obrigam a um nível maior de divulgação comparativamente com outros sistemas normativos contabilísticos. A adoção destas normas é facilitada quanto mais próximas forem as políticas contabilísticas nacionais, contribuindo para a capacidade de apurar os impactos contabilísticos sobre os futuros fluxos de caixa (Dargenidou et al., 2006).

Segundo Ball (2006), com a adoção das normas IAS/IFRS verificam-se quatro vantagens centrais, a saber:

- Quando comparadas com os planos nacionais de contabilidade, as normas IAS/IFRS apresentam um entendimento mais fácil ao mesmo tempo que são mais exigentes, implicando, deste modo, uma maior confiança associada por parte dos *stakeholders* no que concerne à credibilidade da informação contabilística produzida;
- Diminui o problema da seleção adversa relativamente aos pequenos investigadores, devido a uma leitura dos dados mais facilitada assim como uma maior qualidade dos mesmos;
- Com a harmonização contabilística consegue-se a garantia de comparabilidade entre empresas que se encontram sediadas em diversos países, anulando-se assim os custos associados ao processamento da informação;
- A harmonização contabilística favorece os investidores uma vez que permite a anulação das barreiras relacionadas com aquisições e fusões entre empresas.

Também Pereira e Silva (2009) identificam vários benefícios relacionados com a adoção das normas IAS/IFRS por parte dos diferentes Estados, nomeadamente:

- O alargamento das transações internacionais: duas das principais razões que levam os Estados a adotarem as normas IAS/IFRS prendem-se com a globalização dos mercados e o aumento de interdependência das diferentes regiões do globo. Tal pode fazer com que o desempenho dos mercados aumente, uma vez que facilita as transações ao nível internacional, as decisões relativas aos recursos económicos, assim como a determinação dos preços.
- Mercado único de capitais: hoje em dia os financiamentos estrangeiros são cada vez mais comuns, devido à vontade que as empresas têm em aumentar o seu capital ou devido às emissões de dívida pública de ações ou obrigações. Deste modo, o recurso às normas IAS/IFRS é cada vez mais importante. Os investidores vão tomar as suas decisões tendo em conta a informação financeira que a empresa disponibiliza, sendo que, os relatos financeiros que podem ser comparáveis apresentam prioridade.
- Transparência: são muitos os países que, ainda hoje, não apresentam normas de contabilidade e auditoria adequadas. A adoção das normas IAS/IFRS possibilita o processamento total da harmonização contabilística, como se esses países fizessem parte dos agrupamentos contabilísticos dominantes.

Até aos dias de hoje são vários os países, entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, que adotaram as IAS/IFRS, com os países da União Europeia a aparecerem como sendo dominantes, enquanto os países africanos representam cerca de 15,4% da totalidade dos países que adotaram estas normas, o que é uma percentagem consideravelmente baixa. Tal parece confirmar o facto de muitos investigadores na área da contabilidade afirmarem que os países em vias de desenvolvimento ainda apresentam dúvidas no que concerne à adoção das IAS/IFRS, verificando-se ainda uma certa desconfiança relativamente a estas normas, uma vez que, apesar de serem passíveis de beneficiar empresas multinacionais e grandes empresas de contabilidade, comparativamente, as empresas que operam mais domesticamente podem não ter os mesmos benefícios e vantagens (Sy & Tinkr, 2013).

No entanto, a possibilidade de atrair investidores e capital estrangeiro servem de incentivo para que as agências multinacionais, a operar em países em vias de desenvolvimento, adotem as IAS/IFRS. Como referem Zeghal e Mhedhbi (2006), espera-se que, com a adoção das IAS/IFRS, a qualidade e credibilidade da informação contabilística seja

melhorada, ao mesmo tempo que aumenta o fluxo de capitais e investimento, resultando assim no desenvolvimento económico destes países.

Vários estudos do âmbito da contabilidade realizados anteriormente, relativamente à adoção das IAS/IFRS, são da opinião que devem ser legitimados determinantes para a que os países em vias de desenvolvimento, onde se inclui Angola, sejam capazes de adotar estas normas. Estes determinantes foram classificados em duas categorias principais: determinantes macroeconómicos e determinantes microeconómicos. Dentro dos determinantes macroeconómicos, incluem-se fatores como a cultura, o crescimento económico, o mercado de capitais, abertura ao mundo externo, sistema legal, fatores políticos e o nível educacional do país. No que concerne aos determinantes microeconómicos, incluem-se fatores como a dimensão da empresa, o desempenho da empresa, o nível de endividamento da empresa e a estrutura de propriedade da empresa. (Kolsi & Zehri, 2012)

Neste sentido, foram desenvolvidos vários estudos. Al-Akra et al. (2009) realizaram uma investigação sobre a adoção das IAS/IFRS na Jordânia, tendo chegado à conclusão que existe uma associação positiva entre o desenvolvimento de regulamentos e práticas contabilísticas baseadas nas normas internacionais, com fatores políticos e económicos, sendo que, quanto mais estável, politicamente, é um país e quanto melhor o seu desempenho económico, maior é a probabilidade que as empresas têm de adotar as IAS/IFRS para as suas demonstrações financeiras.

Já Ding et al. (2007) analisaram as diferenças analíticas entre normas de contabilidade nacionais e as IAS/IFRS, no que concerne à sua mensuração, determinantes e implicações. A investigação identificou cinco fatores ao nível institucional: a origem legal, a concentração de propriedade, o desenvolvimento económico do país, a importância da profissão de contabilista e a importância dada à equidade. Recorrendo a uma amostra de 30 países, os autores utilizaram estes fatores para explicar as potenciais diferenças entre as normas contabilísticas nacionais e as IAS/IFRS (Ding et al., 2007). Os resultados obtidos demonstraram que as normas nacionais diferem das IAS/IFRS em termos de importância dada ao desenvolvimento económico, importância da profissão contabilística e concentração da propriedade, em divergência e ausência, respetivamente. A importância do mercado de ações encontrava-se também diretamente relacionada com a ausência das normas contabilísticas nacionais e com a preferência pela adoção das IAS/IFRS (Ding et al., 2007).

Como facilmente se compreende, a adoção a nível global das IAS/IFRS é responsável por facilitar o investimento e a alocação de capitais transfronteiriços (Zori, 2011). Quanto maior a compreensão da informação financeira, através da aplicação de normas comuns, mais garantias fidedignas os investidores têm para que possam tomar decisões adequadas, ponderadas e significativas. Esta informação tem a capacidade de proteger e assegurar os interesses de negócio e, em última análise, de reduzir a assimetria de informação que muitas vezes se observa nos processos negociais (Zori, 2011).

As divulgações de informações contabilísticas, baseadas nas IAS/IFRS, são responsáveis pelo incremento da qualidade contabilística, reduzindo as incertezas relativamente a negócios e transações e aumentando o interesse dos *stakeholders*, alinhando-se, deste modo, com a gestão empresarial de modo a promover o crescimento económico.

Tendo em conta que a presente dissertação se centra no caso de Angola, na tabela 1.2 apresentam-se os principais determinantes que influenciam a adoção das normas IAS/IFRS nos países em vias de desenvolvimento (Zehri & Chouaibi, 2013).

Tabela 1.2: Determinantes da adoção das IAS/IFRS nos países em vias de desenvolvimento

Determinantes	Modo como afeta a adoção das IAS/IFRS
1. Fator cultural	Fator cultural é explicativo da escolha do sistema contabilístico de um país, sendo os países (incluindo os países em vias de desenvolvimento) com uma cultura anglo-saxónica mais propensos a adotar as IAS/IFRS.
2. Crescimento económico	Em regra, um país com um nível de crescimento económico maior é mais propenso a adotar as IAS/IFRS. Porém, este fator é controverso, pois no contexto asiático não foram detetadas diferenças significativas no crescimento económico adotando as normas internacionais ou as nacionais.
3. Disponibilidade do mercado de capitais	Um país com mercado de capitais é mais propenso a adotar as IAS/IFRS, pois a qualidade da informação financeira é um ingrediente fundamental para o desenvolvimento e eficiência dos mercados de capitais.
4. Nível educacional	Um país com um nível educacional elevado é mais propenso a adotar as IAS/IFRS pois, devido à complexidade, a sua compreensão requerem conhecimentos profundos e detalhados não somente contabilísticos mas também de outras áreas (e.g., cálculo atuarial).

Tabela 1.3: Determinantes da adoção das IAS/IFRS nos países em vias de desenvolvimento (cont.)

5. Sistema legal	O sistema legal apresenta-se como um importante preditor das diferenças nos normativos contabilísticos, mostrando-se, em geral, que um país com sistema <i>common-law</i> é mais propenso a adotar as IAS/IFRS.
6. Fator político	As normas contabilísticas são o produto da ação política, pelo que alguns trabalhos sugerem que o nível de liberdade civil e económico são fatores chave no desenvolvimento das práticas contabilísticas; por conseguinte, um país com um ambiente favorável político é mais propenso a adotar as IAS/IFRS.

Fonte: Elaboração própria com base em Zehri & Chouaibi, 2013, pp. 58-59.

Como se pode observar pela tabela 1.2, estes determinantes incluem os sistemas jurídicos e políticos dos países, assim como aos incentivos ao nível financeiro para a adoção das normas contabilísticas internacionais. É inegável que os sistemas de cada país são responsáveis por moldar as práticas de divulgações dos sistemas contabilísticos, sendo que tal se devia refletir, de forma direta ou indireta, na qualidade das divulgações contabilísticas.

Neste sentido, Ball (2006) afirma que a adoção das normas IAS/IFRS é algo impossível de evitar, sendo mesmo desejável num contexto de globalização. Assim, vai-se analisar seguidamente as entidades que evidenciam maior propensão à adoção das IAS/IFRS.

1.3 Entidades mais propensas a adotar as IAS/IFRS

Como tem vindo a ser referido ao longo deste trabalho, as normas IAS/IFRS facilitam o comércio global e a internacionalização das empresas. Deste modo, as grandes multinacionais são aquelas que mais depressa optam por adotar, de forma voluntária, as normas IAS/IFRS, alterando-se, de acordo com Guerreiro et al. (2012), a lógica institucional suportada no código-lei para uma lógica institucional de lei comum, onde existe a alteração de quatro fatores essenciais: causa, constituinte, conteúdo e contexto. Estes fatores podem ser explorados de forma a reforçar a legitimidade de se adotar as normas IAS/IFRS, devido à sua grande consistência e também à obrigação que estas normas impõem a quem as adota de apresentar um nível elevado de divulgação ao mesmo tempo que as demonstrações financeiras se devem caracterizar por uma grande qualidade.

Também as Pequenas e Médias Empresas (PME), com as devidas adaptações, adotam as normas IAS/IFRS. Para que estas possam ser adotadas corretamente há que ter em consideração a dimensão e as características deste tipo de empresas tendo em vista a harmonização contabilística. A adoção destas normas permite que estas empresas se consigam posicionar nos mercados internacionais, assumindo-se como fiáveis perante o mercado externo, além do mercado interno, enquanto se reduz os custos para que estas empresas consigam aceder a financiamentos essenciais para o desenvolvimento do seu negócio (Alp & Ustundag, 2009).

Apesar destas vantagens, Guerreiro (2006) é da opinião que as PME, devido às suas especificidades, empenham-se menos na adoção das normas IAS/IFRS, uma vez que, estas são empresas maioritariamente locais, sem pretensões de internacionalização, auditadas por empresas também locais e financiadas, especialmente, através de empréstimos bancários. Também Schutte e Buys (2011) são da opinião que existe uma probabilidade menor das PME adotarem as normas IAS/IFRS devido à natureza informal e familiar que a maior parte destas empresas apresenta, ao mesmo tempo que a definição de PME varia de país para país. Simultaneamente, e de acordo com os mesmos autores, os princípios subjacentes à adoção das normas internacionais, como a transparência e a uniformidade, são muito difíceis de aplicar nas PME (Schutte & Buys, 2011).

1.4 Obstáculos no processo de adoção das IAS/IFRS

Tendo em conta o objetivo do presente trabalho torna-se importante falar sobre os principais obstáculos e barreiras que se observam no processo de adoção das normas IAS/IFRS. Como já foi referido, os relatos financeiros variam de país para país, originando dificuldades no que concerne à compreensão da informação contabilística disponibilizada. Deste modo, a harmonização contabilística surge como uma resposta a estas dificuldades. No entanto, são várias as barreiras que surgem no que respeita a adoção das normas internacionais do IASB, sendo que, num processo de harmonização contabilística, o primeiro passo é a superação destas mesmas barreiras. De acordo com Parker (2016) e com Pereira e Silva (2009), as barreiras à implementação das normas IAS/IFRS podem ser divididas em três grandes grupos:

- Barreiras devido à cultura e à história nacional: como já se referiu, as normas e práticas contabilísticas nacionais têm a sua origem em questões de natureza económica, política, social e cultural dos países, o que faz com o significado dos

registos financeiros varie de país para país. Com a harmonização contabilística, e devido ao estabelecimento de regras comuns, a tendência é que esta variação de significados e interpretações seja corrigida. No entanto, a cultura de cada país também é responsável pela resistência à adoção destas normas.

- Barreiras devido à falta de competência e dimensão dos organismos responsáveis: uma das grandes barreiras à adoção das IAS/IFRS é a inexistência de organismos nacionais que sejam responsáveis e profissionais que consigam monitorizar e reger a área da contabilidade, tornando, deste modo, o processo de internacionalização e harmonização difícil e sem um objetivo estabelecido.
- Barreiras devido ao impacto económico: quando se pretende fazer a adoção de novas regras contabilísticas, existem sempre custos associados, nomeadamente, custos de formação e adaptação assim como custos informáticos. Normalmente, as grandes empresas conseguem suportar perfeitamente estes custos, no entanto, os mesmos podem ser significativos, especialmente para as PME.

Para além das referidas barreiras à harmonização contabilística, há que referir os utilizadores da informação, nomeadamente as administrações fiscais, assim como a formação dos recursos humanos. Segundo Guerreiro e Rodrigues (2004), num inquérito realizado a 31 empresas portuguesas ficou patente que a formação dos recursos humanos era considerado um dos principais obstáculos à adoção destas normas, juntamente com a publicação oportuna de legislação contabilística e fiscal.

Outros estudos foram realizados no âmbito da análise do processo de implementação das normas IAS/IFRS, tendo-se identificado algumas dificuldades. Por exemplo, no estudo realizado por Mir e Rahaman (2005), sobre o processo de adoção das normas internacionais contabilísticas no Bangladesh, os autores identificaram que a principal dificuldade é o próprio processo em si. No Bangladesh, a adoção das normas IAS/IFRS teve como principal objetivo atrair investigadores estrangeiros, legitimando a informação contabilística produzida, ao mesmo tempo que as instituições de crédito pressionavam para que houvesse uma melhor prestação de contas.

Esta pressão fez com que o governo adotasse as normas internacionais sem que ouvisse as partes interessadas no desenvolvimento das normas de contabilidade, o que levou ao desenvolvimento de divergências, problemas de comunicação e grande confusão, o que

levou a que, na prática, se verificasse um nível reduzido de harmonização no que concerne às normas internacionais de contabilidade no Bangladesh (Mir & Rahaman, 2005).

Também Alp e Ustundag (2009), na sua análise ao processo de adoção e implementação das normas IAS/IFRS na Turquia, encontraram diversas dificuldades e barreiras, onde se destacam a tradução, estruturas complexas das normas internacionais, fraco conhecimento das normas internacionais pelos profissionais de contabilidade, e questões de aplicação e execução.

Durante o seu trabalho de análise à aplicação das IAS/IFRS em contexto europeu, Hoogendoorn (2006) identificou as cinco principais dificuldades relativamente à implementação e prática das IAS/IFRS:

- Compreensão e adaptação de alguns instrumentos financeiros, nomeadamente, derivados embutidos e contabilidade de cobertura (IAS 32 e IAS 39).
- Contabilização das pensões (IAS 26), incluindo a classificação dos planos de benefícios definidos e de contribuição definida e tratamento de ativos relacionados.
- Contabilidade de concentrações empresariais, incluindo a identificação e mensuração de bens intangíveis separáveis (IFRS 3 e IAS 38).
- Teste de imparidade (IAS 36), incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a subjetividade em calcular a quantia recuperável.
- Divulgações, em particular, quando estas são consideradas não materiais e podem ser omitidas sem prejudicar a conformidade com as IAS/IFRS.

Num estudo de caso realizado na Rússia, por McGee (2005), e apesar de, em 2002, o primeiro-ministro russo ter anunciado que todas as empresas e bancos russos deveriam preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS, a partir de 2004, foram observados vários obstáculos e dificuldades nesta concretização. Assim, em 2005, verificou-se, em primeiro lugar, que nem todas as normas internacionais foram traduzidas para russo, ao mesmo tempo que a maior parte dos contabilistas russos não se encontravam familiarizados com tais normas, não tendo havido esforços nesse sentido ao nível de formação, sendo que os programas de várias associações russas de contabilidade não tinham ainda cursos abrangentes relativamente às normas internacionais. Ao mesmo tempo, as antigas normas de contabilidade russas entravam em conflito com as normas

internacionais em vários pontos importantes, o que dificultava ainda mais a implementação destas normas (McGee, 2005).

Já num estudo realizado mais recentemente por Gelaye (2019), sobre os maiores desafios no que respeita à adoção das IAS/IFRS na Etiópia, identificou-se que o principal desafio se encontra relacionado com a complexidade dos princípios destas normas, aliado a uma falta de orientação adequada para que as mesmas sejam efetivamente aplicadas, não existindo a disponibilidade de técnicos especialistas que possam ajudar nessa transição. Também se observou elevados custos de formação associados, assim como falta de instruções adequadas por parte do organismo regulador, faltando um plano adequado por parte das instituições financeiras para implementar as IAS/IFRS.

É importante referir que, apesar da grande importância da harmonização internacional, todo o processo de adoção das normas do IASB, num determinado país, encontra-se profundamente dependente daqueles que se sentem motivados para as adotarem ou que sintam a necessidade para tal; isto porque as IAS/IFRS não apresentam poder de *enforcement*, ou seja, estas normas não têm o poder de se impor sobre os normativos contabilísticos nacionais, não dispondo de um mecanismo de imposição próprio (Zeghal & Mhedhbi, 2006).

Em suma, da análise dos principais obstáculos e dificuldades na adoção das IAS/IFRS, pode-se afirmar que uma das principais dificuldades se prende que o facto de que as normas internacionais se encontram numa posição oposta relativamente às normas contabilísticas locais. Como foi possível comprovar com a revisão realizada, os sistemas contabilísticos de diferentes países têm como base o seu ambiente político, o nível de desenvolvimento económico e o seu sistema legal, que efetivamente, varia, especialmente quando se compara os países desenvolvidos com os países em vias de desenvolvimento. Acresce que a internacionalização da contabilidade se encontra intimamente relacionada com os sistemas sociais, económicos e culturais específicos. O objetivo da harmonização é a adoção de um normativo contabilístico global, que possa substituir as normas contabilísticas individuais de cada país. Porém, devido às diferentes realidades, as normas contabilísticas internacionais colidem, muitas vezes, com os fatores políticos, económicos, legais e culturais dos diferentes países, aumentando a resistência à harmonização contabilística.

2 AMBIENTE INSTITUCIONAL E O SISTEMA CONTABILÍSTICO ANGOLANO

No presente capítulo serão descritos o ambiente institucional e o sistema contabilístico angolano, começando por se fazer um enquadramento socioeconómico de Angola, seguida da caracterização das empresas do setor público angolano e terminando na descrição do sistema contabilístico angolano.

2.1 Enquadramento socioeconómico de Angola

A República de Angola está localizada na costa ocidental do continente africano e faz fronteira com o Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia. De acordo com Queza (2010, p. 13), “a população angolana é estimada em 16.500.000 habitantes, distribuída em 18 Províncias (Distritos), 164 Municípios e 532 Comunas (Freguesias). Está em visível crescimento organizado nas seguintes 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huila, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire. As principais cidades são Cabinda, Benguela, Lobito, Lubango e Namibe. Além disso, é ainda composta por 164 Municípios e 532 Comunas, o equivalente a freguesias (Rosinha, 2009). A densidade populacional é de aproximadamente 13,2 habitantes por km²”.

Os solos são graníticos ou basálticos, com abundantes depósitos superficiais de aluvião. O subsolo é rico em recursos minerais (Rosinha, 2009). Dada a sua extensão em latitude e longitude, características topográficas e hidrográficas, Angola possui uma fauna e uma flora diversificadas e rica, e um solo e clima com potencial para o desenvolvimento de vários tipos de produções agrícolas. A costa atlântica, cujas águas são temperadas pela corrente fria de Benguela, é abundante em peixe (Rosinha, 2009).

Os recursos mais conhecidos e explorados são os minerais, com preponderância para os hidrocarbonetos, mas o país possui também diamantes e, menos conhecidos e explorados, ferro, cobre, manganês, volfrâmio, estanho e molibdénio, entre outros (Moura Roque et al., 1991, citado por Rosinha, 2009).

Angola foi uma colónia portuguesa entre finais do século XV e 11 de novembro de 1975, dia em que se tornou independente (Conde, 2009). Após a sua independência, Angola passou por um período de intenso conflito armado. Foram longos anos de conflito entre o governo central, reconhecido pela comunidade internacional, representado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que governa o país desde a sua

independência, e a oposição, que fazia resistência armada, da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Milhares de pessoas morreram, sendo que todos os serviços foram virtualmente destruídos, deixando a população angolana extremamente vulnerável (Billon, 2001).

Atualmente, Angola está em crescimento, mas até aos anos de 1970, a sua economia era essencialmente agrícola e o café era a sua principal atividade, seguindo-se a cana-de-açúcar, sisal, milho, óleo de coco e o amendoim. Em 1991, Angola investiu na sua expansão económica e passou para um sistema de economia de mercado e, a partir de 2002, com o fim da guerra civil, assistiu-se a um clima de paz que impulsionou o desenvolvimento económico.

Após anos de fulgor económico, Angola entrou numa situação grave de crise, a qual se encontra profundamente ligada ao problema da dependência que o país tem, e que se manteve durante anos, relativamente ao petróleo.

Essa dependência da economia angolana do petróleo fica evidente quando cerca de 70% do total das exportações do país provêm daí, sendo a principal fonte de entrada de dólares no país, sendo estas divisas utilizadas para a importação de bens estrangeiros, visto que a produção nacional é ainda insuficiente para que possa satisfazer o mercado interno (Malebo, 2019).

A dependência de Angola relativamente ao petróleo é facilmente perceptível no modo como o governo elabora o Orçamento Geral do Estado Angolano. Este é elaborado tendo o preço do petróleo como base, o que faz com que, a oscilação no preço deste produto tenha um impacto direto nas contas públicas. E foi o que aconteceu com a atual crise do país.

Como se pode observar pelas atuais dificuldades que Angola atravessa, as consequências das oscilações do preço do petróleo, especialmente no que concerne à diminuição do preço de barril com o surgimento da pandemia COVID-19, são visíveis em todas as esferas do país, nomeadamente nas empresas, nas famílias, no aumento do desemprego, no impacto negativo do desempenho macroeconómico do país, nas políticas públicas, assim como na produção interna, na inflação, no poder de compra, na eficiência das políticas cambiais e monetárias, política fiscal e de rendimento. Ainda com a crise, viu-se crescer o crédito malparado, traduzido no incumprimento das prestações pelos devedores para com as entidades credoras.

O petróleo tem, sem dúvida, uma importância capital para a economia angolana, sendo urgente que se encontre alternativas para diminuir esta dependência, colocando uma menor pressão sobre as receitas petrolíferas (Malebo, 2019).

2.2 As empresas do Setor Empresarial Público Angolano

O Setor Empresarial Público Angolano (SEPA) abrange um amplo leque de empresas das mais variadas naturezas em termos de atividade. Atualmente, a atividade empresarial do Estado Angolano encontra-se regulada pela Lei n.º 11/13, de 3 de setembro, também conhecida por Lei das Bases do Setor Empresarial Público (LBSEP), que estabelece o regime jurídico das empresas públicas¹, das empresas com domínio público² e participações públicas minoritárias³, tendo revogado a anterior Lei n.º 9/95, de 15 de setembro.

A LBSEP apresenta dois modelos jurídicos no que concerne à organização das empresas que constituem o SEPA: o primeiro modelo diz respeito às empresas que foram constituídas sob a forma de direito privado, ou seja, nos termos da lei comercial vigente. Já o segundo modelo corresponde à formação de pessoas coletivas de direito público, que correspondem às empresas denominadas como públicas.

Deste modo, e de acordo com o artigo 4º da LBSEP, no âmbito do regime encontram-se, então, as empresas públicas, que são concebidas como sendo uma realidade diferente quando comparadas com sociedades comerciais de capitais públicos, onde o Estado ou outra entidade pública tem a possibilidade de exercer, indireta ou diretamente, uma influência do tipo dominante, tendo em conta as circunstâncias que se encontram tipificadas por lei.

Todas as empresas que se encontram integradas no SEPA, independentemente do seu tipo (societário ou institucional), podem ser responsabilizadas pela gestão de serviços públicos, nomeadamente, através do controlo e sujeição aos princípios do direito público,

¹ Empresas cujo capital é integralmente detido pelo Estado.

² Sociedades comerciais criadas ao abrigo da Lei das Sociedades Comerciais, em que o Estado diretamente, ou através de outras entidades públicas, exerce isoladamente ou conjuntamente uma influência dominante.

³ Situações em que o conjunto das participações detidas pelo Estado ou outras entidades públicas não origine qualquer das situações anteriores.

ao mesmo tempo que compensam o Estado pelos défices de exploração das atividades em causa.

Em 2021, e de acordo com o último Relatório Agregado do Setor Empresarial Público, o universo do SEPA é formado por 88 empresas, sendo que destas, 68 são empresas públicas, 16 empresas com domínio público e quatro dizem respeito a participações públicas minoritárias (IGAPE, 2021). Do universo de 85 empresas existentes em 2020, registou-se a entrada da Sociedade de Desenvolvimento da Barra do Dante, S.A., do Grupo Zahara, S.A. e da Biocom, S.A. (IGAPE, 2021). No Anexo 1 é possível observar todas as empresas que constituem o SEPA, tendo em conta o ministério que as tutela.

2.3 Enquadramento contabilístico de Angola

Os sistemas contabilísticos mundiais dividem-se, como foi referido, em sistemas contabilísticos anglo-saxónicos e sistemas contabilísticos continentais, de matriz romana. Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), onde Angola se inclui, apresentam regulamentos contabilísticos de carácter público, gerando, deste modo, uma linha de orientação jurídico-fiscal. Na prática, tal significa que os documentos que administram a contabilidade derivam dos órgãos do governo, o que prova uma grande preponderância da fiscalidade, onde a contabilidade se afirma através de diplomas legais que funcionam como um instrumento de política económica (Santos, 2006).

Quando se fala de contabilidade e regras contabilísticas, em Angola identificam-se normalmente dois períodos: o período colonial e o período pós-colonial. Durante o período colonial, os princípios contabilísticos vigentes eram, naturalmente, os portugueses, sendo que a única exceção era o setor da Banca e dos Seguros, sujeitos a um quadro de contas, em que a contabilidade era processada pelos Serviços de Fazenda Nacional, ligados a Portugal.

Após a independência, e com a criação do Ministério das Finanças em 1976, verificou-se a implementação de várias reformas fiscais, de onde se destaca o Código de Contribuição Industrial e a legislação referente à fiscalização das sociedades anónimas, através da publicação do Decreto-Lei n.º 49381. Em 1979, através da aprovação do Decreto-Lei n.º 250/79, de 19 de outubro, pelo Conselho de Ministros, é publicado o Plano de Contas Nacional, significando os primeiros passos com vista à normalização contabilística.

Hoje em dia, o sistema contabilístico angolano é orientado pelo PGCA, tendo sido aprovado em 16 de novembro, através da publicação do Decreto-Lei n.º 82/2001. A

justificação da aprovação deste plano encontra-se na introdução do documento onde se pode ler que “face à crescente globalização da economia mundial e a necessidade de harmonizar as práticas locais com as internacionais, assume-se com especial relevância a aprovação do Plano Geral de Contabilidade (...)”. Este plano teve como inspiração as normas do IASB, onde se enquadram os critérios de apresentação e a disposição das demonstrações financeiras.

Segundo o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 82/2001, todas as sociedades que exerçam atividades de carácter comercial e as empresas públicas sediadas em Angola, com exceção das empresas individuais e empresas pertencentes ao setor bancário e ao setor dos seguros, são obrigadas a aplicar o PGCA.

De acordo com Chicundico (2019), o PGCA constitui-se como o principal instrumento orientador do processo do registo contabilístico em Angola, e tem como principais objetivos:

- Auxiliar os responsáveis pelas demonstrações financeiras na aplicação das normas idênticas às internacionais;
- Auxiliar os utilizadores na interpretação das informações das demonstrações financeiras assim como ajudar os auditores a formarem as suas opiniões;
- Auxiliar na identificação de temáticas que devem ser alvo de interpretações detalhadas e em fases seguintes para melhor se adaptarem às normas internacionais.

Como já foi referido, o PGCA foi elaborado tendo como base as IAS/IFRS. No entanto, existem diferenças significativas que se passam a apresentar:

- No PGCA os assuntos encontram-se descritos e organizados por tópicos, enquanto nas IAS/IFRS, os assuntos encontram-se organizados por normas contabilísticas individuais;
- Algumas palavras que figuram no normativo contabilístico internacional não figuram no PGCA, como por exemplo, imparidade, desconhecimento, reconhecimento e mensuração;
- Alguns novos critérios e conceitos de medição que figuram no normativo contabilístico internacional não figuram no PGCA, como por exemplo, unidade

geradora de caixa, valor de uso, quantia recuperável e ativos biológicos, que não figuram no PGCA;

- Em comparação com o PGCA, o normativo contabilístico internacional exige uma maior divulgação;
- Entre os princípios contabilísticos que figuram no normativo internacional consta o princípio da prudência, que não figura no PGCA, segundo o qual, os custos devem ser sempre certos e os proveitos por vezes de natureza incerta, permitindo introduzir um grau de precaução nas demonstrações financeiras, ao fazerem-se estimativas exigidas em condições de incertezas.

Em suma, e apesar de Angola possuir as suas próprias normas contabilísticas -o PGCA-, e as IAS/IFRS não poderem ser impostas sobre essas normas nacionais, a harmonização contabilística internacional, segundo a literatura revista, seria benéfica para os países em vias de desenvolvimento.

2.4 A harmonização contabilística em Angola

Como já se referiu anteriormente, o processo de normalização contabilística é visto como um passo essencial para harmonizar as práticas contabilísticas de cada país com as práticas internacionais. Por conseguinte, e para o caso de Angola, a harmonização contabilística poderia contribuir para que o tecido empresarial angolano fosse mais credível, assim como todo o sistema económico e financeiro, potenciando, deste modo, o investimento estrangeiro e o mercado de capitais, apesar deste se encontrar ainda na sua fase embrionária.

Com o desenvolvimento económico, e com a integração cada vez maior nos mercados internacionais, Angola não pode deixar de acompanhar a evolução contabilística internacional de forma a aproveitar as oportunidades de mercado e se manter um país competitivo no âmbito internacional (Chicundico, 2019).

Devido às pressões externas exercidas pelo Banco Mundial (BM) e pelo FMI, iniciou-se um processo de modernização contabilística no continente africano tendo como base os referenciais das IAS/IFRS (Chicundico, 2019). Estas pressões deram, então, origem ao já referido PGCA, em 2001, tendo representado uma primeira aproximação às IAS/IFRS. Na tabela 2.1 é possível observar o grau de aproximação entre o PGCA e as IAS/IFRS.

Tabela 2.1: Grau de aproximação entre o PGCA e o referencial contabilístico IAS/IFRS

PGCA vs IAS/IFRS		
Convergência total		
IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	
IAS 2	Inventários	
IAS 7	Demonstração de Fluxos de Caixa	
IAS 8	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	
IAS 10	Acontecimentos após a data do Balanço	
IAS 11	Contratos de construção	
IAS 11	Rédito	
IAS 20	Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo	
IAS 23	Custos de empréstimos obtidos	
IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	
Convergência parcial		
IAS 16	Ativos Fixos Tangíveis	Divergência, na medida em que no PGCA surgem classificados como Imobilizações Corpóreas.
IAS 21	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	Divergem, na medida em que o PGCA permite o diferimento de diferenças de câmbio favoráveis para algumas situações.
IAS 37	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Divergência de terminologia, na medida em que não é feita a distinção entre passivo contingente e provisão, nem clarificados os métodos a seguir para a sua qualificação.
IAS 38	Ativos Intangíveis	Divergência terminológica; no PGCA surgem classificados como Imobilizações Incorpóreas.
IFRS 1	Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	Ainda que não aplicável, o PGCA alerta para a necessidade de se assegurar a comparabilidade na preparação das Demonstrações Financeiras no primeiro ano da sua aplicação do normativo.
IFRS 5	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	Convergência de critérios, mas o PGCA é omissivo quanto à reclassificação, para efeitos de reconhecimento subsequente, e nas divulgações.
Divergência total (não aplicáveis)		
IAS 12	Impostos sobre o Rendimento	
IAS 14	Relato por Segmentos	
IAS 17	Loações	
IAS 19	Benefícios dos Empregados	
IAS 26	Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma	
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	
IAS 28	Investimentos em Associadas	
IAS 29	Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias	
IAS 31	Interesses em Empreendimentos Conjuntos	
IAS 32	Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação	

Tabela 2.2: Grau de aproximação entre o PGCA e o referencial contabilístico IAS/IFRS (cont.)

Divergência total (não aplicáveis) – cont.	
IAS 33	Resultados por Ação
IAS 34	Relato Financeiro Intercalar
IAS 36	Imparidade de Ativos
IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
IAS 40	Propriedades de Investimento
IAS 41	Agricultura
IFRS 2	Pagamentos com Base em Ações
IFRS 3	Concentrações de atividades empresariais
IFRS 4	Contratos de seguro
IFRS 6	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações
IFRS 8	Segmentos operacionais
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos
IFRS 12	Divulgação de Interesses em Outras Empresas
IFRS 13	Justo Valor

Fonte: Pires et al., 2019, pp.8-9.

Através da análise da tabela 2.1 é possível concluir que o grau de aproximação entre o PGCA e as IAS/IFRS é ainda bastante reduzido, uma vez que se observa a existência de um elevado número de normas contabilísticas que ainda hoje não são aplicadas no contexto angolano.

Com cerca de 21 anos, o PGCA encontra-se claramente desajustado face à informação que deveria ser produzida tendo como base as normas internacionais, visto que a aproximação se limita apenas à data da publicação do PGCA, uma vez que, de então para cá as normas internacionais sofreram uma grande reforma, visto terem sido estabelecidos diversos acordos contabilísticos de âmbito internacional, nomeadamente, com o norte-americano *Financial Accounting Standard Board* (FASB) e com a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO), que o PGCA não acompanhou, pelo que está hoje bastante afastado do referencial internacional, sendo portanto urgente a sua revisão tendo em vista uma aproximação cada vez maior às práticas internacionais (Pires et al., 2019).

Em alguns países ou regiões, a adoção das IAS/IFRS são impostas mediante a promulgação de uma lei ou regulamento, que é responsável por orientar os critérios de adoção, podendo estes ser de carácter voluntário ou obrigatório. Em Angola, não existe

nenhuma imposição para que as IAS/IFRS sejam adotadas, como acontece com a União Europeia, onde o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, obriga as entidades admitidas nas bolsas de valores dos Estados-membros a adotarem as normas contabilísticas internacionais nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Até à data, e apesar de, em 2019, se ter criado o CNNA, constituindo um passo essencial no processo de harmonização das práticas contabilísticas angolanas com as práticas internacionais, ainda não se encontra clarificado a forma, estrutura e amplitude da implementação da normalização contabilística em Angola, colocando-se em questão se esta vai funcionar como uma atualização do PGCA em alguns pontos identificados previamente, ou se se vai estar perante um novo normativo elaborado de raiz.

Magro (2010) refere que, além da criação do CNNA, é necessário ponderar vários fatores de forma a que o sistema contabilístico angolano se adapte às normas internacionais, que hoje em dia ainda não se observa. Em primeiro lugar é necessário levar a contabilidade a um nível médio e superior, nomeadamente no que concerne ao ensino da normalização contabilística e apresentação pormenorizada das normas internacionais, devendo-se apostar em cadeiras como “Harmonização Contabilística” e “Contabilidade Internacional”. O mesmo autor considera também importante a criação da Ordem dos Auditores Angolanos, devendo esta ser constituída por profissionais capacitados, com conhecimento profundo do PGCA e das normas internacionais, assim como conhecimentos ligados à área fiscal, à lei geral do trabalho e às sociedades comerciais (Magro 2010).

O caminho a seguir é, então, a atualização do PGCA, para o aproximar o mais possível às IAS/IFRS mais recentes, seguindo o exemplo do que já foi desenvolvido pelo Banco Nacional de Angola (BNA) no que concerne ao setor financeiro (Lapi, 2015). Esta aproximação iria permitir que o PGCA acompanhe a evolução contabilística que se tem vindo a verificar internacionalmente, numa tentativa de inverter a tendência divergente que se observa quando se compara o PGCA com as IAS/IFRS, como mostra o gráfico da figura 2.1, de acordo com o trabalho de Pires et al. (2019).

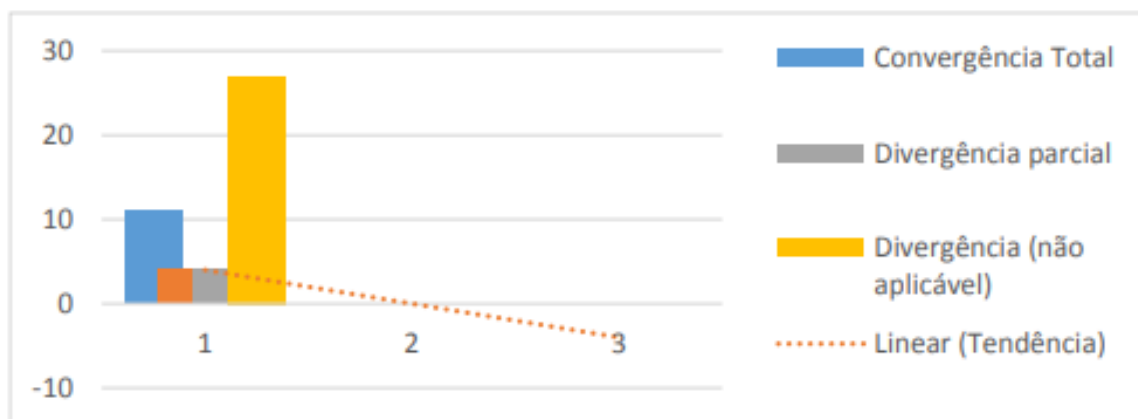


Figura 2.1: Grau de convergência entre o PGCA e as IAS/IFRS desde a sua publicação

Fonte: Pires et al., 2019, p.11.

Do exposto, pode-se concluir que Angola precisa de evoluir em termos contabilísticos para conseguir enfrentar todos os desafios ao nível económico e social de um país que se encontra perfeitamente integrado no mercado global. Neste sentido, tem de estudar estratégias para essa aplicação de modo a ultrapassar os possíveis obstáculos e dificuldades que se fazem sentir e que impedem essa aplicação.

3 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

No presente capítulo serão apresentados todos os procedimentos metodológicos, garantindo, deste modo, a fundamentação das opções tomadas. É na fase da metodologia que todo o estudo é operacionalizado, ou seja, que se vai decidir qual o tipo de estudo a ser desenvolvido, a população e amostra e os instrumentos e métodos de análise de dados que serão utilizados.

Fortin (2009, p.37) define metodologia como sendo o “conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica”, continuando a dizer que “é um plano criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões de investigação colocadas ou às hipóteses formuladas”. Assim, é na metodologia que serão apresentados e justificados os métodos e as técnicas empregues para analisar um certo fenómeno, dependendo sempre do estudo que se pretende realizar.

Deste modo, a investigação pode ser definida segundo diversos critérios, sendo que o seu paradigma metodológico é um deles, destacando-se, assim, duas grandes correntes: a investigação baseada no paradigma metodológico quantitativo ou baseado no paradigma metodológico qualitativo. Existe ainda a metodologia mista que diz respeito à adoção de ambos os paradigmas metodológicos. Neste estudo optou-se por uma metodologia qualitativa.

3.1 Tipo de investigação

Neste trabalho, e conforme referido, seguiu-se um modelo de investigação qualitativa. Como métodos de recolha dos dados, numa primeira fase recorreu-se à análise documental e bibliográfica (tendo dado origem ao capítulo anterior referente ao enquadramento teórico) e, numa segunda fase, à realização de entrevistas semiestruturadas. Para o tratamento das entrevistas recorreu-se à análise do conteúdo, realizada segundo o indicado por Bardin.

A metodologia qualitativa tem como principal objetivo a exploração e o entendimento do significado que os indivíduos ou um determinado grupo dá a um fenómeno social e humano. De acordo com Fortin (2009), as principais características dos métodos qualitativos são a análise do comportamento humano do ponto de vista do ator, a observação naturalista, a subjetividade, a orientação para a descoberta e para o processo, o seu carácter exploratório, descritivo e indutivo, e a não generalização de resultados.

Deste modo, e tendo em conta as características deste paradigma metodológico, o fenómeno de interesse vai ser investigado no seu contexto, de modo a ser interpretado considerando as várias perceções e significados que são atribuídos pelos indivíduos. Torna-se, portanto, fundamental a recolha de materiais adequados que descrevam determinados momentos e experiências dos indivíduos, que irão, posteriormente, ser interpretados, para uma compreensão mais profunda do objeto em estudo (Denzin & Lincoln, 2010).

Devido às características da presente investigação pode-se dizer que nos encontramos perante uma pesquisa descritiva. Na pesquisa descritiva, o investigador procura observar, registar, analisar, classificar e interpretar os fenómenos em análise. Tem como objetivo principal descrever as características de um evento ou população e descobrir, com precisão, a frequência com que um fenómeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, a sua natureza e peculiaridades (Gil, 2008). Na presente dissertação, o fenómeno em estudo são as normas internacionais IAS/IFRS e as dificuldades associadas à sua implementação no SEPA.

3.2 Questão de investigação e objetivos

Nicola (2008) afirma que a questão de investigação é o princípio e o fim de todo o processo de investigação, sendo, portanto, a razão e a motivação do investigador, operando como o “motor” de toda a pesquisa e contribuindo para o reconhecimento da investigação junto da comunidade científica.

Para este trabalho seguiu-se o modelo proposto por Fortin (2009), que refere que após a definição do problema, traduzindo-se numa ou mais questões de investigação, vão-se descrever os objetivos da investigação, originando uma lista de conhecimentos e competências adequadas, após uma pesquisa profunda sobre o tema, permitindo depois formular hipóteses que se fundem em preposições conjeturais que constituem as possíveis respostas às questões de investigação. Deste modo, a questão de investigação deste trabalho é a seguinte:

Quais as dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS no Setor Empresarial Público Angolano?

Definida a questão de investigação, deve identificar-se os objetivos, os quais podem ser divididos em objetivos gerais e específicos. De acordo com Fortin (2009), o objetivo geral

é o fio orientador de toda a investigação, ou seja, é ele que apresenta a ideia central do trabalho a realizar. Assim, para a presente investigação, o objetivo geral é:

- Identificar as dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS no SEPA.

Os objetivos específicos relacionam-se com os resultados que se pretendem obter com uma pesquisa e um trabalho de investigação mais profundo e detalhado (Fortin, 2009). Assim, no presente trabalho os objetivos operacionais são os seguintes:

- Caracterização do sistema contabilístico angolano;
- Caracterização do processo contabilístico nas SEPA;
- Identificar as dificuldades de adoção das IAS/IFRS, tendo em conta a realidade angolana e o SEPA, em particular;
- Identificar os benefícios das IAS/IFRS para o CEPA;
- Identificar quais as medidas que estão a ser adotadas e estratégias propostas para ultrapassar as principais dificuldades associadas à adoção e implementação das IAS/IFRS.

3.3 População e amostra

Para Fortin (2009, p. 202), a população é “uma coleção de elementos ou de sujeitos que partilham características comuns definidas por um conjunto de critérios” e amostra é “um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população”.

De acordo com Almeida e Freire (2000), as amostras são grupos de sujeitos, juntos dos quais se vai concretizar a investigação ou então correspondem ao conjunto de ocorrências ou comportamentos que são registados. A amostragem vai ter um impacto muito importante na qualidade dos resultados devendo ter o máximo de representatividade possível em relação à população.

Na pesquisa qualitativa, a seleção da amostra tem um objetivo muito particular que é a obtenção do máximo de informação de modo a fundamentar a pesquisa e desenvolver uma teoria, em contraste com a amostra das pesquisas quantitativas, que se baseia em critérios pragmáticos e especulativos (Aires, 2015). Em vez da uniformidade característica da investigação quantitativa, o que se pretende com a amostragem

qualitativa é uma variação máxima de casos, onde os sujeitos que são incluídos na amostra não são escolhidos ao acaso, mas sim, são selecionados tendo em conta parâmetros específicos previamente definidos pelo orientador (Aires, 2015).

Assim, e tendo em conta Aires (2015), existem duas modalidades no que toca à amostragem em pesquisa qualitativa: a amostragem teórica e a amostragem opinática. Na amostragem teórica, o investigador vai colecionar e codificar informação, para posterior análise, de forma a gerar uma teoria. Já na amostragem opinática, o investigador vai selecionar sujeitos em função de critérios previamente estabelecidos, sujeitos esses que estão, de algum modo, relacionados com o fenómeno em estudo. Tendo em conta estas definições, pode-se afirmar que a amostra para este trabalho apresenta um carácter opinático.

Esta amostra é, então, constituída por nove contabilistas a trabalhar no SEPA, tendo sido contactados previamente pela investigadora e aceitado responder às questões preparadas para a realização deste trabalho.

3.4 Instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados é um procedimento lógico da investigação empírica, ao qual compete selecionar técnicas de recolha e tratamento da informação adequadas, bem como controlar a sua utilização para os fins especificados. As técnicas são conjuntos de procedimentos bem definidos, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa (inquérito por questionário, entrevista, teste, documentos, entre outros). Para o presente trabalho, e dado que foi aplicada uma metodologia qualitativa, optou-se pela entrevista, podendo o seu guião ser consultado no Apêndice 1.

A entrevista foi desenvolvida de forma semiestruturada, sendo que Bogdan e Biklen (2013, p.134) referem que a entrevista pode ser encarada como “conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas, dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra”. Assim, para o presente trabalho optou-se pela entrevista semiestruturada como estratégia dominante de recolha de dados, com o objetivo de recolher dados baseados na perspetiva dos sujeitos entrevistados.

Além das entrevistas, recorreu-se à análise documental, como abordagem complementar, e ao processo de triangulação. A análise documental é uma técnica de recolha de dados,

sendo que estes são obtidos a partir, unicamente, da análise de documentos, tendo como objetivo principal a extração de informações que neles se encontram contidos (Kripka et al., 2015). Já Carmo e Ferreira (2015) definem análise documental como sendo um processo que envolve a seleção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos, de forma a retirar alguma informação relevante para o tema em investigação. Trata-se, portanto, de estudar o que se tem produzido sobre uma determinada área para poder “introduzir algum valor acrescido à produção científica sem correr o risco de estudar o que já está estudado, tomando como original o que já outros descobriram.” (Carmo & Ferreira, 2015, p.59). Os dados recolhidos com recurso à análise documental vão servir para completar as informações retiradas das entrevistas realizadas. Bogdan e Biklen (2013) identificam três tipos de documentos: documentos internos, comunicação externa e registos. De acordo com os autores, os primeiros documentos dizem respeito a publicações administrativas relativamente a regras e regulamentos legislativos e oficiais. Já os segundos dizem respeito a documentos de comunicação para toda a comunidade contabilística, por exemplo, atas das reuniões da OCPCA. Por fim, os registos, e tal como o próprio nome indica concerne aos ficheiros individuais de todos os profissionais a trabalhar em contabilidade, por exemplo, o seu currículo (Bogdan & Biklen, 2013). Para este trabalho os documentos utilizados incluem a legislação vigente e documentos relativos ao PGCA.

3.5 Método de análise dos dados

Para a análise dos dados, vai-se recorrer ao método de análise de conteúdo de acordo com Bardin. Segundo Bardin (2009, p.45), o objeto da análise de conteúdo “é a fala, isto é, o aspeto individual e atual (em ato) da linguagem”. Ou seja, a análise de conteúdo tem como objeto de estudo o discurso dos entrevistados, de forma a compreender os significados que se encontram contidos no mesmo.

O autor completa, dizendo que a análise de conteúdo “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (...) é a busca de outras realidades através das mensagens” (Bardin, 2009, p.45). Na perspetiva deste autor “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um conjunto de técnicas; ou, com rigor, será um único instrumento, mas caracterizado por uma grande diversidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2009, p.33). Neste sentido, Sousa (2005) é da

opinião que a análise de conteúdo não se trata de um único instrumento, mas sim de um conjunto de vários procedimentos, onde se podem identificar técnicas diferentes que, devido ao seu caráter sistemático, vão ser analisados diferentes documentos, de diferentes modos e com objetivos diversos.

A análise de conteúdo propriamente dita é realizada recorrendo a uma tabela de codificação, como se pode verificar no exemplo constante da tabela 3.1.

Tabela 3.1: Tabela de codificação de entrevistas

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto
Aqui são agregados os grandes temas da entrevista.	Subtemas mais importantes dentro de um determinado grande tema da entrevista.	Fragments de texto que se tomam por indicativo de uma característica (categoria e subcategoria).	Encontram-se fragmentos do texto que englobam a unidade de registo, contextualizando a unidade de registo no curso da entrevista.

Fonte: Bardin, 2009, p.36.

3.6 Triangulação de dados

No âmbito da investigação qualitativa, a triangulação envolve a utilização de várias estratégias no estudo do mesmo fenómeno, sendo que, para o presente trabalho, recorreremos às entrevistas semiestruturadas individuais e à análise documental, de forma a somar os pontos fortes de cada estratégia. Na triangulação, assume-se que, ao utilizar uma única estratégia de investigação, os estudos são considerados mais vulneráveis a preconceitos e falhas metodológicas inerentes a cada estratégia, em que a triangulação oferece a alternativa de ser capaz de analisar um problema ou fenómeno a partir de diferentes ângulos (Patton, 2002).

A triangulação também tem sido vista como uma estratégia de investigação qualitativa para testar a validade, através da convergência de informação de diferentes fontes. Patton (2002) identificou quatro tipos de triangulação: (a) triangulação metodológica, (b) triangulação de investigadores, (c) triangulação teórica, e (d) triangulação de fontes de dados. Para o presente trabalho recorreu-se à triangulação metodológica, onde se vão utilizar vários métodos de recolha de dados sobre um mesmo fenómeno (Polit & Beck, 2012).

A triangulação é uma metodologia de grande relevância para a pesquisa qualitativa, uma vez que permite ao investigador adotar um comportamento reflexivo-conceitual acerca de diferentes perspectivas de um mesmo objeto, permitindo deste modo completar, com uma maior diversidade de ricas interpretações o tema em estudo, simultaneamente ao aumento da solidez das conclusões retiradas (Marcondes & Brisola, 2014).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A recolha das entrevistas revelou-se um processo complexo e moroso, observando-se uma grande dificuldade na recolha de testemunhos. No entanto, conseguiu-se recolher nove entrevistas junto de contabilistas certificados angolanos, dos quais, alguns também desempenham outras funções no âmbito do SEPA ou têm outras ligações à contabilidade, que pudessem dar a sua opinião sobre as principais dificuldades na implementação das normas internacionais IAS/IFRS neste setor. Para tal recorreu-se à tabela de codificação que se encontra no Anexo II. Passa-se, então, a apresentar os principais resultados obtidos de acordo com os objetivos traçados anteriormente, começando pela caracterização da amostra.

4.1 Caracterização da amostra

A presente investigação contou com a colaboração de nove profissionais da área da contabilidade (33,3%), gestão (33,3%) e auditoria (22,2%). Um dos inquiridos desempenha funções tanto na área da gestão como da contabilidade. Esta é uma amostra formada por 77,8% elementos do sexo masculino e 22,2% do sexo feminino, com uma média de idade de 42,7 anos. Relativamente aos anos de experiência na área, 33,3% da amostra tem até 10 anos de experiência, 33,3% entre 10 a 20 anos, 22,2% entre 30 a 40 anos de experiência e 11,1% entre 20 a 30 anos de experiência. Na tabela 4.1 é possível consultar os dados referentes à caracterização sociodemográfica da amostra.

Tabela 4.1: Caracterização da amostra

	Média	
Idade	42,7 anos de idade	
	n	%
Sexo		
Feminino	2	22,2%
Masculino	7	77,8%
Área de trabalho		
Contabilidade	3	33,3%
Gestão	3	33,3%
Contabilidade e Gestão	1	11,1%
Auditoria	2	22,2%
Anos de experiência		
[0 – 10[3	33,3%
[10 – 20[3	33,3%
[20 – 30[1	11,1%
[30 – 40[2	22,2%

Fonte: Elaboração própria

4.2 Caracterização do sistema contabilístico angolano

Um dos objetivos específicos da presente investigação era caracterizar o sistema contabilístico angolano. No atual sistema contabilístico angolano vigora a contabilidade pública e a contabilidade geral, como nos referiu um dos entrevistados:

A Contabilidade Pública é aquela que é empregue no controlo da execução do Orçamento Geral do Estado, e é regulada pela Direção Nacional de Contabilidade Pública. Por outro lado, a Contabilidade Geral, que é empregue no setor privado é regulada pela Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola, para o setor não financeiro (E7)

O PGCA foi criado pelo Decreto-Lei n.º 82/2001, de 16 de novembro de 2001, e, de acordo com os entrevistados, na sua constituição encontram-se as principais normas internacionais, salvo alguns casos que o plano não prevê, como por exemplo as normas relacionadas com a agricultura:

(...) se prestarmos atenção o mesmo tem na sua composição as principais normas internacionais apenas uma ou outra que o PGC não previu. E1

(...) pois várias normas como agricultura não constam do mesmo. E4

No entanto, a evolução do PGCA para uma harmonização com as normas internacionais de forma plena é travada pela falta de conhecimento da maior parte dos órgãos de gestão das empresas públicas, sendo que, em 2019, foi criada uma Comissão para que fosse realizada uma revisão do plano e, conseqüentemente, uma maior aproximação do mesmo às normas internacionais. Apesar da criação da comissão, esta praticamente não desenvolveu qualquer tipo de estratégias, sendo que é observável ainda uma grande rigidez no que concerne à adoção das IAS/IFRS:

O PGC logicamente que precisa de uma evolução; o que a prende é a falta de conhecimento na grande parte dos órgãos de gestão das instituições públicas. E1

(...) o que falta aqui é a comissão que foi criada em 2019 fazer essa revisão E2

O atual sistema contabilístico angolano, apesar do esforço em 2001 com a aprovação de um plano que se aproxima às normas internacionais, encontra-se desatualizado. E5

(...) ainda apresenta uma certa rigidez, estando distante de ir ao encontro das normas internacionais para efeitos de relato financeiro. E3

Apesar de se encontrar atualmente desatualizado, o sistema contabilístico angolano sofreu uma grande evolução de forma a adotar as normas e procedimentos internacionais,

realçando-se a importância para se desenvolver cursos para capacitar os técnicos contabilistas, de forma a que a adoção destas novas regras e normas internacionais seja feita o mais adequadamente possível:

O sistema contabilístico angolano apresentou uma grande evolução nos últimos anos, a caminho de uma convergência com as normas internacionais do setor. E8

Administrar cursos de capacitação para técnicos. E5

4.3 Caracterização do processo contabilístico no SEPA

Quando questionados como se processa a contabilidade nas empresas públicas angolanas, um dos entrevistados refere que a contabilidade é vista como uma importante estratégia de organização, sendo que as demonstrações financeiras, num contexto global assumem uma importância cada vez maior.

(...) contabilidade tem o papel de organizar o sistema financeiro de uma instituição. E2

Porém, atualmente, a contabilidade do SEPA continua a ser desenvolvida tendo o PGCA como documento base. Sendo que as instituições bancárias e as seguradoras, atualmente já adotam as normas internacionais. Além disso, e devido ao facto do setor público angolano se orientar pelas regras de concorrência do mercado, a contabilidade deve obedecer às regras estabelecidas para as empresas privadas.

A contabilidade no SEPA é desenvolvida com o PGCA como documento base e é de carácter legal. E5

Relativamente às empresas públicas, o processo contabilístico obedece às normas e procedimentos estabelecidos pelo Plano Geral da Contabilidade (PGC), que é regulado pela Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola E7

(...) qualquer normativo contabilístico aplicado ao setor empresarial privado, deve ser seguido pelas empresas públicas E8

É também realçada a importância das IAS/IFRS neste contexto para que possam negociar ao nível internacional, através de uma linguagem comum:

(...) padronizar os instrumentos financeiros a um nível aceite pelos atores de todo mundo, tornando perceptível a sua linguagem comum. E9

4.4 Dificuldades de adoção das IAS/IFRS em Angola

De um modo geral, estas normas são definidas como uma importante ferramenta para o controlo de operações, onde existe uma harmonização e uniformização dos sistemas financeiros, disponibilizando princípios financeiros comuns entre diferentes países, facilitando, deste modo a leitura e interpretação da informação e das demonstrações financeiras.

(...) são os elementos que conduzem a uma boa elaboração de controlo da operação de qualquer entidade, pois qualquer empresa tem várias operações que devem ter o devido tratamento face ao contexto internacional. E1

Sobre as normas internacionais de Reporte Financeiro penso que vêm para harmonizar o sistema financeiro de uma forma conjunta. E2

(...) regular, padronizar os instrumentos financeiros a um nível aceite pelos atores de todo mundo. E6

Estas normas são, portanto, muito importantes para o contexto internacional, principalmente num mundo cada vez mais globalizado, promovendo o investimento das empresas, através da convergência das práticas contabilísticas.

(...) ligar aspetos teóricos à prática e essencialmente, valorizar a necessidade de as empresas investirem. E6

A grande vantagem da convergência das práticas contabilísticas é a possibilidade de comparar o desempenho de empresas do mesmo setor (...) E8

Apesar destas características, marcadamente internacionais, as normas internacionais de reporte financeiro devem ser adaptadas à realidade dos contextos locais. Contudo, no contexto angolano, e apesar de se verificar um esforço nesse sentido (especialmente no setor bancário) pouco se tem feito para a obrigatoriedade dos registos contabilísticos com base nas IAS/IFRS.

(...) porém ter sempre em conta o enquadramento local, ou seja, fazer uma adaptação em função do contexto. E4

Apesar de haver um, esforço, sobre tudo no setor bancário, pouco se tem feito para a obrigatoriedade dos registos contabilísticos com base nas IAS. E5

Então, quais as dificuldades de adoção, tendo em conta a realidade angolana? Em primeiro lugar, os entrevistados referem a falta de educação contabilística, tanto por parte dos órgãos de gestão, assim como pelas pessoas que se encontram em posições de tomada

de decisão, sendo que os programas de formação se encontram atualmente desajustados. Ao mesmo tempo também se observa uma grande resistência por parte dos profissionais em procurar formações sobre esta temática:

(...) é falta de educação contabilística por parte dos órgãos de gestão que é muito patente no setor público e estamos a falar de pessoas em posição de tomada de decisão E1

Temos dificuldades a nível da formação dos técnicos, cujos programas estão desajustados (...) E5

Falta de conhecimento ou domínio do tema; resistência na busca da formação E7

Ao mesmo tempo, não existe uma entidade de controlo interno no que respeita à aplicação efetiva destas normas, além de não existir legislação que ajude na transição para as normas internacionais, muito por causa de falta de interesse e de revisão por parte dos órgãos de tutela. Outra questão referida prende-se com a informalidade da economia.

(...) falta do cumprimento dos princípios contabilísticos, em suma falta de controlo interno para garantir a sua aplicabilidade. E1

(...) a ausência de legislação que permita a transição do Plano Oficial de Contabilidade em utilização em Angola para as normas internacionais de contabilidade e aceitação das mesmas pela Ordem dos Peritos Contabilistas. E3

Para a realidade de Angola, penso que, o alto nível de informalidade da economia tem prejudicado a massificação na adoção das boas práticas contabilísticas nacionais ou internacionais. E8

(...) sistema informal muito presente, falta de Know how, etc. E9

No que respeita aos temas com aplicação mais difícil em contexto angolano, em primeiro lugar, os entrevistados referem deficiências na área do controlo, existindo ainda debilidades no que respeita à previsão das demonstrações financeiras. Depois são referidos temas específicos que se passam a apresentar: tratamento de ativos biológicos, equivalência patrimonial, contratos de construção, rédito e agricultura. Também é referida a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

(...) pela experiência que eu tive na academia da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), bem como na vida profissional, apresentaria os seguintes temas: IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito e IAS 41 Agricultura. E3

Implementação do IVA, uma vez que, o grande desafio consiste na conversão da economia informal. E6

Um dos temas mais complicados diz respeito às imobilizações, uma vez que as empresas públicas têm imóveis sem qualquer registo e informação. Mais uma vez e no seguimento da questão anterior, um dos entrevistados refere que não existem temas difíceis, uma vez que qualquer país faz uso das normas internacionais tendo como base a sua realidade. No entanto, refere as questões referentes ao método de equivalência patrimonial que geram dificuldade, e a contabilização na agricultura como uma lacuna, uma vez que não existem normas aplicadas a este setor.

Tendo em conta a realidade angolana, o mais difícil de aplicação é a contabilização do método de equivalência patrimonial. E2

A norma que aborda as imobilizações, sobre tudo no setor público, temos empresas com imóveis, mas não sabem quanto custaram, tudo porque o acionista cedeu sem nenhum documento (...) E5

Relativamente aos custos associados à adoção das normas internacionais, os principais que os entrevistados referem são, naturalmente, os custos relacionados com a formação dos profissionais de contabilidade.

(...) sim tem efeito, exemplo disso foi quando o setor financeiro se viu obrigado, teve custos elevados com formações e não só E1

Custos serão sempre a extinção de muitas empresas, know how, formação de agentes económicos, sociais, reguladores E6

O principal custo está na capacitação profissional dos técnicos para dar respostas a esta exigência. E8

O segundo tipo de custos relaciona-se com os impostos que estas normas têm associados. Ao fazer a transição do PGCA para as normas internacionais é naturalmente, necessário fazer ajustamentos às regras fiscais que podem significar custos associados, no entanto, os entrevistados são da opinião que estes podem ser facilmente recuperados.

Impostos E2

(...) qualquer iniciativa desta magnitude gera custos ou perdas no âmbito fiscal o que é normal; recursos estes que a posteriori podem sempre ser recuperados. E4

A formação é, portanto, um aspeto muito importante no que concerne à adoção das normas internacionais. Quando questionados acerca da sua adequação, os entrevistados

referem que esta é pioneira e encontra-se em fase de crescimento, sendo que atualmente está centralizada em Luanda, não abrangendo os profissionais de todo o país, ao mesmo tempo que esta se encontra vocacionada para os técnicos de base e não para o nível de gestão.

(...) é pioneira em Angola e em fase de crescimento comparativamente à Ordem portuguesa E1

Outros entrevistados consideram que esta é uma formação adequada, acompanhando as exigências dos mercados e a evolução dos mesmos, sendo uma formação contínua. Ao mesmo tempo, esta é vista como uma formação que revela uma preocupação por parte da Ordem com os futuros contabilistas, muito por causa das fases da formação, em que numa primeira fase, esta debruça-se no PGCA e, numa segunda fase, a formação foca-se nas normas internacionais. Um dos entrevistados refere que a formação é dada em períodos intensivos, permitindo a abertura do debate sobre a atualização contabilística nos meios de comunicação social e universidades.

É adequada, até porque é uma formação contínua e que acompanha as exigências internacionais, atuais e futuras E4

É feita de forma contínua e atualizada E2

(...) períodos intensos de formação, abertura do debate aberto às Universidade e nos Media (rádios e televisões) E6

Ainda dentro da formação, e quando questionados sobre os temas que a formação deveria incidir mais, as opiniões dividem-se. Alguns referem que o programa se encontra de acordo com a realidade angolana, sendo que tal é realçado pela divisão por duas fases.

Sou de opinião que o atual programa de formação da academia da OCPCA está de acordo com os parâmetros de preparação de um bom contabilista, porque a mesma é repartida em duas fases E3

O atual programa de formação da academia da OCPCA está de acordo com os parâmetros de preparação de um bom contabilista, face à realidade angolana e internacional. E4

Outros referem que esse programa deveria incidir mais no modo de interpretação das IAS/IFRS, assim como desenvolver-se uma formação mais vocacionada para a contabilidade em empresas petrolíferas, visto este ser o principal setor económico do país.

Além destes temas, deve-se dar atenção às unidades de correção fiscal, às reavaliações dos imobilizados e aos rendimentos dos gestores.

Por mim, para além das formações que têm sido dadas, deve-se aprofundar a interpretação das IAS e a contabilização nas empresas petrolíferas. Porque se fala pouco disso em Angola. E2

Reavaliações dos imobilizados, há anos que o país não atualiza os UCF. Os rendimentos dos gestores (IFRS 2) E6

Reavaliações dos imobilizados, os rendimentos dos gestores. E9

No entanto, e como a aplicação na integra ainda não começou, é difícil perceber quais os temas que devem ter uma especial atenção. Destaca-se o papel das instituições de ensino superior nesta formação.

Já existem iniciativas da OCPCA sobre as IAS, estão a ser mais discutidas ou abordadas também no seio das universidades e institutos politécnicos, em cursos ligados às empresas E5

O modelo ideal para ministrar a formação deve ir ao encontro das necessidades sentidas, devendo ser feita uma avaliação prévia das mesmas. Esta deve seguir um modelo baseado na formação contínua, de forma a acompanhar as leis internacionais e a evolução dos mercados. Deve ser considerada a importância das instituições de ensino superior, ao mesmo tempo que a formação deve ser sempre vocacionada para um ambiente real, recorrendo-se a estudos de caso e situações verdadeiras.

Formação contínua E2

Ambiente real, divulgação das IAS no meio académico / universitário E5

Modelo de exposição prática, ou seja, estudos de caso. E6

A formação, nomeadamente a formação contínua, aparece como essencial para que os princípios contabilísticos das normas internacionais sejam efetivamente bem aplicados.

No que concerne ao organismo de capacitação, ou seja, qual o organismo que deve ser responsável pela formação, as respostas indicam a OCPCA, com a ajuda do Ministério das Finanças e da comissão de normalização contabilística, criada em 2019. As universidades também são vistas como importantes órgãos de capacitação, que deveriam trabalhar em conjunto com a Ordem, uma vez que se observa uma divergência entre o conteúdo programático das universidades e da OCPCA, o que pode levantar dúvidas.

Relativamente à tradução e adaptação à realidade angolana, a tradução é tida como adequada, no entanto, e devido à falta de interesse dos principais órgãos de tutela competentes, falta a atualização do plano de contas, não tendo este acompanhado a evolução dos mercados. Também é referido que a tradução deve ir ao encontro das diferentes realidades linguísticas do território.

Sim, ela deve ser entendida de acordo com a realidade geográfica onde atua. E9

Uma das questões mais importantes tratadas na presente entrevista prende-se com a resistência à mudança no que concerne à aplicação das normas internacionais. As chefias são aquelas que mostram mais resistência, muito por causa do excesso de trabalho, o que as impede de ter tempo para a tradução e adaptação das normas à realidade angolana.

A resistência vem por parte do topo, pois as pessoas colocadas nos lugares de direção muitas das vezes ocupam cargos como muita carga horária em muitas instituições, o que os limita avançar, e a tradução e o acompanhamento dos normativos internacionais e claro as limitações políticas existentes. E1

Sim, porque ao novo sempre se opõem, devido ao hábito, por isso deve obedecer a um plano rigoroso de implementação. E6

Assim, quando questionados quais as principais resistências, os entrevistados destacam as seguintes: falta de interesse dos órgãos responsáveis e a grande influência do poder político, não se verificando uma verdadeira separação entre o poder político e o poder legislativo. Não sendo este último uma resistência é, sem dúvida, um fator impeditivo da sua aplicação. Também se refere que uma das resistências é a inação da comissão, que apesar de já estar devidamente criada, pouco faz no sentido da implementação das IAS/IFRS. A resistência à mudança não é resultante somente por parte das pessoas ao nível individual, sendo que a própria organização também resiste.

4.5 Benefícios das IAS/IFRS para o SEPA

Quando questionados sobre os principais benefícios que a aplicação das normas internacionais IAS/IFRS para o SEPA, os entrevistados destacam os seguintes: uma melhor organização do sistema financeiro, um maior apoio do Banco Mundial e uma maior facilidade para a alocação de fundos internacionais, mais transparente, evitando fraudes e distorções, ajuda na interpretação das demonstrações financeiras, a identificação dos assuntos que devem ser alvo de interpretação detalhada e aprofundamento, permitindo, deste modo, que os parceiros internacionais acompanhem o desempenho do

palavras saltam à vista, nomeadamente, corrupção, comissão, organização, dificuldade e obrigatoriedade. Vai-se então apresentar as principais dificuldades identificadas com a realização das entrevistas.

A primeira dificuldade prende-se com o próprio capital humano e com a falta de interesse do legislador, sendo que o diploma legal que continua a regular as atividades contabilísticas é o Decreto-Lei n.º 82/01, de 16 de novembro, que ainda se encontra muito longe do pretendido para conseguir a uniformidade com as normas internacionais.

(...) uma das nossas maiores dificuldades está no capital humano, e falta de interesse por parte do órgão responsável em fazer cumprir as leis. E1

Ao mesmo tempo, como a legislação relativa às normas internacionais não é obrigatória, esta não é efetivamente aplicada, sendo aplicada apenas quando o PGCA não prevê normas, como é o caso do setor petrolífero. Existe, portanto, falta de vontade política, uma vez que existe uma comissão criada que pouco faz, com pessoas que pouco tempo têm para se dedicar verdadeiramente à questão.

(...) não existe esta dificuldade: o normativo internacional é lei se o Ministério das Finanças disser que deve ser aplicado, aplica-se; esta orientação é que não é colocada como obrigatoriedade. Por exemplo, no setor do petróleo aplica-se sem qualquer dificuldade. E4

Vontade política, porque existe a comissão criada, o próprio formato ou critério adotado para a criação da referida comissão. E5

Por fim, a corrupção endémica existente em Angola é tida como um grande entrave à adoção das IAS/IFRS, uma vez que as pessoas estão sempre à procura de vantagens pessoais, e as demonstrações financeiras são caracterizadas por ser claras, transparentes e regulares, deixando pouco espaço a possíveis desvios.

Ainda os altos números na corrupção em busca de vantagens pessoais. E6

A organização “não casa” com a corrupção. E9

4.7 Medidas e estratégias para ultrapassar as dificuldades de adoção das IAS/IFRS

As dificuldades apenas serão ultrapassadas quando a aplicabilidade destas normas passar a ser obrigatória, sendo que, para tal, é necessário o funcionamento adequado dos conselhos fiscais, ao mesmo tempo que os contabilistas devem ser consultados e

pronunciarem-se junto da Ordem relativamente à melhor aplicabilidade das mesmas ao contexto angolano.

(...) a partir do momento que a aplicabilidade passar a ser obrigatória. E4

Um funcionamento adequado dos conselhos fiscais, até porque estas leis em Angola já existem. E1

Os contabilistas devem pronunciar-se perante a Ordem, que é o órgão credível, para que então o legislador possa dar o seguimento do mesmo. E2

Mas antes da obrigatoriedade, há que fazer um esforço conjunto em reajustar o PGCA, no enquadramento das normas internacionais. É necessário, também, que a comissão seja, efetivamente constituída por profissionais que se dediquem em exclusivo a esta tarefa.

A principal estratégia para a resolução do problema apresentado é o reajuste do Plano Geral de Contabilidade, de modo a enquadrá-lo o máximo possível com as normas internacionais. E4

Também foram referidos os incentivos fiscais às empresas, assim como a modernização de práticas de gestão, tendo em conta as necessidades do contexto, assim como o aperfeiçoamento dos métodos de auditoria, como estratégias para que as dificuldades de implementação sejam efetivamente ultrapassadas.

Incentivos fiscais E6

Modernizar as práticas de gestão em conformidade com os desafios, no atual contexto. Melhor performance da Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA). Aperfeiçoamento dos métodos de auditoria interna. E6

Também é sugerida a participação de outras entidades, com maior experiência, por exemplo, entidades contabilísticas de outros países que passaram pelo processo de adaptação das normas com sucesso à sua realidade contabilística, podendo Angola aprender com o exemplo. Por fim, deve existir um verdadeiro interesse por parte do Ministério das Finanças na atualização do PGCA, acompanhando a evolução e mutações dos mercados.

Um dos entrevistados referiu ainda a importância da aplicação no setor público das normas da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). Como se pode ler no site oficial da INTOSAI, as normas e diretrizes profissionais são essenciais para conferir credibilidade, qualidade e profissionalismo nas auditorias realizadas no âmbito do setor público. Deste modo, a INTOSAI desenvolveu

as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores, tendo como objetivo a promoção da realização de auditorias independentes e eficazes pelas entidades competentes.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação dos resultados, passamos à sua discussão, tendo em conta a informação extraída anteriormente, assim como a literatura existente sobre o presente tema.

Ficou patente, e como corrobora Chicundico (2019), que o PGCA é o principal instrumento orientador do processo de elaboração, apresentação e interpretação das demonstrações financeiras seguidas pelas sociedades comerciais sediadas em Angola, sendo que as empresas públicas não são exceção, tal como referiram os entrevistados. Apesar deste normativo constituir uma evolução no âmbito contabilístico angolano e de ter sido desenvolvido de forma a aproximar-se das regras internacionais, quanto às normas contabilísticas e demonstrações financeiras, ainda existe um longo caminho a percorrer no que concerne à normalização contabilística angolana. De facto, existe, por ora, um grande número de obstáculos para que tal aconteça no SEPA, apesar dos benefícios identificados, tanto ao nível teórico e científico como ao nível prático.

Os benefícios referidos pelos participantes na presente investigação vão ao encontro de alguns dos aspetos identificados na literatura. É o caso dos benefícios mencionados por Ball (2016), que refere ganhos económicos devido à apresentação adequada das demonstrações financeiras; também Monteiro (2013), que aponta a facilidade para a empresa cotar em bolsas internacionais, a atração de maior investimento internacional e a credibilidade e a comparabilidade no que concerne às informações derivadas das demonstrações financeiras; e, por fim, Ball (2006) considera ser um incentivo para o investimento internacional e para uma alocação de recursos financeiros de forma eficaz.

Tendo em conta a realidade angolana, e à semelhança do que acontece com outros países em vias de desenvolvimento, surgem várias dificuldades e resistências relativamente à adoção das IAS/IFRS. Uma das principais é o desinteresse por parte das instituições e dos órgãos de gestão no desenvolvimento do processo de adoção na totalidade. Outra é a falta de uma educação contabilística e de programas de formação adequados promovidos pelas principais entidades responsáveis, nomeadamente, pela OCPCA e pelas Universidades, o que constitui uma dificuldade central na adoção das normas internacionais. Tal demonstra a pouca força e influência que a OCPCA tem junto das instituições, nomeadamente do Ministério das Finanças. Nos países em que as organizações profissionais não são

suficientemente fortes para conseguir que as normas sejam implementadas, a labor de harmonização contabilística será particularmente difícil.

Neste sentido, Nobes (2013) identificou como principal obstáculo à adoção das IAS/IFRS e, conseqüentemente, à harmonização contabilística, a ausência, em alguns países, de órgãos reguladores e de supervisão fortes, que promovam e fiscalizem a adoção e aplicação das normas internacionais. De facto, os entrevistados destacaram que, apesar da existência do CNNCA, o seu poder de controlo interno, no que respeita à aplicação efetiva destas normas, é, virtualmente, inexistente, além de não existir legislação que ajude na transição para as normas internacionais, muito devido à falta de interesse por parte dos órgãos de tutela. Este problema foi também encontrado na Rússia, de acordo com o estudo realizado por Vysotskaya (2014). Este autor apontou a fraca qualidade do sistema de controlo contabilístico, a falta de envolvimento das associações profissionais e de outros públicos interessados, nomeadamente, os utilizadores das demonstrações financeiras, o baixo nível da formação da maioria dos contabilistas e auditores, assim como, a falta de competências na utilização da informação elaborada segundo as IAS/IFRS, como sendo as principais dificuldades relativas à adoção destas normas naquele país.

O próprio capital humano é tido como uma das dificuldades mais relevantes, devido à qualidade da sua formação, ao seu conhecimento sobre as normas IAS/IFRS e ao seu conhecimento das aplicações informáticas. De facto, esta preocupação tem vindo a ser indicada por vários autores (Ballas et al., 2010; Ionas et al., 2007; Jermakowicz & Gornik-Tomaszewski, 2006). Nos seus estudos, apontam os recursos humanos e a infraestrutura das tecnologias de informação, nomeadamente a sua utilização, como as principais áreas de preocupação, destacando-se vários desafios no que respeita aos custos e à adequabilidade da formação para a sensibilização para com as novas regras e a interpretação das normas pelos profissionais de contabilidade, assim como a infraestrutura informática.

Outra dificuldade decorre da falta de obrigatoriedade de aplicação das normas internacionais. Atualmente, estas não assumem carácter obrigatório, ocorrendo apenas a sua aplicação, com carácter subsidiário, quando o PGCA não prevê norma específica, como ocorre no caso do setor petrolífero. Porém, no outro espectro, as empresas agrícolas aplicam o PGCA, não recorrendo à norma internacional específica para este setor. O PGCA admite, assim, a possibilidade de recurso às normas internacionais de

contabilidade como normas supletivas, sempre que se verifiquem situações em que o próprio PGCA não permita dar o devido tratamento contabilístico, não sendo, no entanto, obrigatório nos outros casos, verificando-se que as empresas angolanas, na sua generalidade optam pelo PGCA (Bastos, 2017).

Foi também referida a corrupção, quase endémica, existente em Angola como sendo uma das maiores dificuldades no contexto angolano, sendo responsável por um grande nível de resistência por parte das instituições e das empresas públicas. Não nos podemos esquecer que a aplicação das IAS/IFRS exige que se realizem as demonstrações financeiras de forma regular, promovendo assim a transparência ao nível empresarial, dificultando a ocorrência de operações dúbias. Logicamente, organização e transparência encontram-se no ponto oposto da corrupção. De acordo com Benito et al. (2016), a adoção das IAS/IFRS apresenta o potencial de limitar a corrupção, uma vez que estas têm a capacidade de gerar informação financeira fiável, abrangente e atempada. A informação abrangente, decorrente da adoção das IAS/IFRS, reforça a participação dos cidadãos na gestão de fundos públicos e daí a luta contra a corrupção (Justice et al., 2006). Há que dizer que em Angola, assim como nos outros países em desenvolvimento, depende das necessidades e das características do ambiente nacional específico, devendo haver uma preparação prévia para que estas possam efetivamente ser aplicadas.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a investigação documental e literatura realizada, assim como as entrevistas realizadas, está-se em condições de afirmar que, apesar da comissão formada em 2019, a necessidade de revisão do PGCA tendo como objetivo uma maior aproximação às IAS/IFRS é clara. No entanto, esta revisão e a adoção plena das normas internacionais do IASB encontram alguns obstáculos, sendo que os principais se prendem com as próprias instituições, não existindo, aparentemente, interesse dos órgãos de tutela relevantes em fazer essa adaptação.

Ao mesmo tempo, os recursos humanos, nomeadamente os lugares de chefia, também não demonstram esse interesse, sendo que esta realidade contrasta com o esforço realizado pela OCPCA, que tem promovido formações no âmbito das normas internacionais, de modo a formar e a manter atualizados os profissionais de contabilidade, num verdadeiro esforço de acompanhamento dos mercados internacionais.

A aposta numa formação contínua, juntamente com a participação de entidades externas, de outros países, que passaram pelo mesmo processo de adaptação, parecem ser duas estratégias centrais para ajudar a ultrapassar estes obstáculos e dificuldades. Há que dar especial atenção aos principais temas identificados como mais difíceis, nomeadamente, as deficiências na área do controlo, existindo ainda debilidades no que respeita à elaboração de informação financeira previsional. São também referidos alguns temas mais específicos, como são o tratamento de ativos biológicos, o método de equivalência patrimonial, os contratos de construção, o rédito, a contabilidade de empresas agrícolas e a implementação do IVA. Porém, nada se consegue realizar se as entidades competentes, como é o caso do Ministério das Finanças, não trabalhar no sentido da atualização do normativo contabilístico angolano e da adaptação às normas internacionais.

Tendo em conta o contexto em que se vive, onde os mercados deixaram de ser locais e passaram a ser internacionais e transfronteiriços, a adoção do normativo contabilístico internacional por parte de Angola é um elemento facilitador, nomeadamente, com vista à internacionalização das empresas angolanas, mormente das públicas, fomentando, deste modo, o investimento internacional, de forma a colmatar o atual cenário de crise económica que o país vive.

Este estudo é, assim, relevante para todas as entidades ligadas à contabilidade angolana, nomeadamente, o Ministério das Finanças, a OCPCA e outras instituições, de forma a

adjuvar nas mudanças institucionais do sistema contabilístico, desenvolvendo-se estratégias que permitam ultrapassar o obstáculos identificados com vista à adoção das IAS/IFRS, incrementado a transparência na informação, o que permite que os possíveis investidores possam perceber a realidade económica angolana, reduzindo as suas incertezas no investimento e os custos do capital.

Na realização de qualquer trabalho científico existem limitações que influenciam o desenrolar do mesmo, sendo que a execução desta investigação não foi exceção. A principal limitação prendeu-se com o tamanho da amostra que, ao se apresentar num número reduzido, apenas permite considerar os resultados obtidos para a amostra em questão, não sendo possível fazer uma generalização.

Futuramente, seria interessante estudar este tema de uma forma comparativa com os outros PALOP, de forma a perceber como está a ocorrer o processo de normalização e harmonização contabilística nesses países e comparar com a realidade angolana, e analisar se estes também sofreram (ou sofrem) o mesmo tipo de dificuldades e obstáculos, identificando quais as estratégias que foram aplicadas para os ultrapassar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Al-Akra, M., Ali, M. & Marashdeh, O. (2009). Development of accounting regulation in Jordan, *The International Journal of Accounting*, 44, 163-186.
- Almeida, E. (2010). *Regulamento 1606/2002/CE: Impacto no Processo Normativo do IASB*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de Aveiro.
- Almeida, L. & Freire, T. (2000). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Alp, A. & Ustundag, S. (2009). Financial reporting transformation: the experience of Turkey, *Critical Perspectives on Accounting*, 20(5), 680–699.
- Amaral, C. (2001). Processo de Harmonização Contabilística Internacional: Tendências Atuais, *Gestão e Desenvolvimento*, 10 (2001), 33-58.
- Ashbaugh, H., & Pincus, M. (2001). Domestic Accounting Standards, international Accounting Standards, and the predictability of earnings, *Journal of Accounting Research*, 39 (3), 417-430.
- Association of International Certified Professional Accountants (2019). *REIMAGINE 2019 - Association integrated report*. <https://www.aicpa-cima.com/content/dam/aicpanas/downloadabledocuments/association-integrated-report-2019.pdf>
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors, *Accounting and Business Research*, 36(sup1), 5–27.
- Ball, R. (2016). IFRS – 10 years later, *Accounting and Business Research*, 545-571.
- Ballas, A., Skoutela, D., & Tzovas, C. (2010). The relevance of IFRS to an emerging market: evidence from Greece, *Managerial Finance*, 36 (11), 931–948.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barth, M., Landsman, W. & Lang, M. (2007). *International accounting standards and accounting quality*. Stanford University and University of North Carolina.

- Bastos, J. (2017). *Normalização Contabilística Em Angola: Um Entrave à Atracção de Investimentos*. Disponível em <https://ocpcangola.org/files/ANEXOS/201710240456384.pdf>, acessado em 31/07/2022.
- Benito, B., Brusca, I. & Montesinos, V. (2016). The harmonisation of government financial information systems: The role of the IPSASs. *International Review of Administrative Sciences*, 73(2), 293–317.
- Billon, P. (2001). Angola's political economy of war: the role of oil and diamonds. *African Affairs*, 100 (398), 55-80.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2013). *Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2015). *Metodologia da investigação: guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chen, S., Sun, Z. & Wang, Y. (2002). Evidence from China on whether Harmonized Accounting standards Harmonize Accounting practices, *Accounting Horizons*, 16(3), 183-197.
- Chicundico, E. (2019). *A Harmonização Contabilística Internacional – O Caso Angola*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja.
- Conde, J. (2009). *Cooperação internacional: A cooperação sino-angolana e as repercussões Económicas e sociais geradas na zona envolvente do caminho-de-ferro de Benguela*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa.
- Cuijpers, R. & Buijink, W. (2005). Voluntary adoption of non-local GAAP in the European Union: a study of determinants and consequences, *The European Accounting Review*, 14, 487-524.
- Dargenidou, C., McLeay, S., & Raonic, I. (2006). Expected earnings growth and the cost of capital: an analysis of accounting regime change in the European financial market, *Abacus*, 42 (3-4), 388-414.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2010). *Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Orgs). *O planeamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (2ª Ed). Porto Alegre, RS: Editora Artmed.

- Diaconu, P. (2007). Harmonization of the International Accounting System (January 12, 2007). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=957029>.
- Ding, Y., Hope, O., Jeanjean, T. & Stolowy, H. (2007). Differences between domestic accounting standards and IAS: Measurement, determinants, and implications, *Journal of Accounting and Public Policy*, 26, 1-38.
- Duarte, A.P., Saur-Amaral, I. & Azevedo, G. (2015). IFRS adoption and accounting quality: a review, *Journal of Business and Economic Policy*, 2(2), 104-123.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência.
- Gelaye, Z. (2019). Major Challenges of Adopting International Financial Reporting Standards in Ethiopia, *Research Journal of Finance and Accounting*, 10 (21), 1-10.
- Gil, A. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Guerreiro, M. (2006). Impacto da adopção das *International Financial Reporting Standards*: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas, *Contabilidade e Gestão*, 3, 7-32.
- Guerreiro, M., Rodrigues, L. & Craig, R. (2012). Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal – Institutional logics and strategic responses, *Accounting, Organizations and Society*, 37, 482-499.
- Guerreiro, M. & Rodrigues, L. (2004). Situação das empresas cotadas face à adoção das NIC, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, 55, 22-27.
- Hoogendoorn, M. (2006). International Accounting Regulations and IFRS implementation in Europe and Beyond-Experiences with first time adoption in Europe, *Accounting in Europe*, 3, 23-26.
- Instituto de Gestão de Ativos e Participações do Estado (IGAPE) (2021). Relatório Agregado do Setor Empresarial Público. Disponível em: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4z/mzqy/~edi/sp/minfin3342925.pdf>, acessado em 31 de outubro de 2022.
- International Accounting Standards Board. (2018). *Conceptual Framework for Financial Reporting*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards/english/2021/issued/part-a/conceptual-framework-for-financial-reporting.pdf>

- Ionas, I., Ionas, M., Olimid, L. & Artemisa Calu, D. (2007). An empirical evaluation of the costs of harmonizing Romanian accounting with international regulations (EU Directives and IAS/IFRS), *Accounting in Europe*, 4 (2), 169–206.
- Jermakowicz, E. & Gornik-Tomaszewski, S. (2006). Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies, *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 15 (2), 170–196.
- Justice, J. B., Melitski, J. & Smith, D. L. (2006). E-government as an instrument of fiscal accountability and responsiveness: Do the best practitioners employ the best practices?, *American Review of Public Administration*, 36(3), 301–322.
- Kolsi, M. & Zheri, F. (2012). The determinants of IAS/IFRS adoption by emergent countries, *Journal of Accounting Research and Audit Practices*, 3(4), 49.
- Kripka, R., Scheller, M. & Bonotto, D. (2015). Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. Atas do CIAIQ2015 - Investigação Qualitativa em Educação, Volume 2, pp. 243-247, ISBN: 978-972-8914-55-4. Disponível em [ps://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248](https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248), acessado em 30/09/2022.
- Lapi, E. V. (2015). *Harmonização contabilística internacional: Análise da adoção das IAS/IFRS em Angola*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa.
- Magro, J. (2010). A Contabilidade em Angola. *Angola*, 16, 46-54.
- Malebo, M. (2019). *Diversificação da economia Angolana e o potencial das alternativas energéticas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa.
- Marcondes, N. & Brisola, E. (2014). Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas, *Revista Univap*, 20(35), 201-208.
- McGee, R. (2005). Problems of Implementing International Financial Reporting Standards in a Transition Economy: A Case Study of Russia. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/0-387-23887-5_2
- Mir, M. & Rahaman, A. (2005). The adoption of International Accounting Standards in Bangladesh: An exploration of rationale and process, *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 18(6), 816-841.
- Monteiro, S. (2013). *Manual de Contabilidade Financeira*. Porto: Vida Económica.

- Mrak, M. (2000). *Globalization: Trends, Challenges and Opportunities for Countries in Transition*. Vienna: UNIDO.
- Nicola, P. (2008). Como construir uma boa questão de investigação. In Silva, E. (Coord.). *Investigação Passo a Passo – Perguntas e Respostas para a Investigação*. Lisboa: APMCG.
- Nobes, C. (1996). *International Guide to Interpreting Company Accounts 1996-97, FT Financial Publishing*. Londres: Pearson Professional Limited.
- Nobes, C. (2013). The continued survival of international differences under IFRS, *Accounting and Business Research*, 43(2), 83-111.
- Parker, R. (2016). Thirteen not out. In Nobes & Parker, *Comparative International Accounting, 1981–2016*. *Accounting History*, 4, 512-521.
- Patton. M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Pereira, A. & Silva, E. (2009). *Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – Uma Abordagem às NIC`s e ao SNC*. ISCAP.
- Pires, A., Rodrigues, F. & Branco, V. (2019). O sistema contabilístico angolano: análise e reflexão com base em fontes e evidência empírica. *XVII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria*, 1 – 26.
- Plano Geral de Contabilidade Angolano (2001). https://cooperativas.gov.ao/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Geral-Contabilidade_IVA_atualizado-com-o-IVA.pdf
- Polit, D. & Beck, C. (2012). *Nursing research: Generating and assessing evidence for nursing practice*. Philadelphia: Wolters Kluwer.
- Queza, A. (2010). *Sistema de Saúde em Angola: Uma Proposta à Luz da Reforma do Serviço Nacional de Saúde em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- Rosinha, M. (2009). *A China em África: Parceria Igual ou Desigual? (os casos de Angola e Moçambique)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.
- Santos, LL. (2006). *Contabilidade internacional, comparação das normas contabilísticas para as empresas não financeiras nos países lusófonos*. Porto: Vida Económica.

Soares, J. (2010). *Sistema de Normalização Contabilística*. Santa Marta de Corroios: Plátano Editora.

Sy, A. & Tinker, T. (2013). Africa does not need IFRS, *African Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 2(1), 1-8.

Schutte, D. & Buys, P. (2011). A critical analysis of the contents of the IFRS for SMEs - a South African perspective, *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 14(2), 188-209.

Sousa, A. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Vysotskaya, A. (2014). Harmonization of International Accounting Systems During the Globalization in Developing Countries, *World Applied Sciences Journal*, 31 (6), 1173-1179.

Wang, X., & Wu, M. (2011). The Quality of Financial Reporting in China: An Examination From an Accounting Restatement Perspective, *China Journal of Accounting Research*, 4, 167-196.

Zeghal, D. & Mhedhbi, K. (2006). An analysis of the factors affecting the adoption of international accounting standards by developing countries, *The International Journal of Accounting*, 41(4), 373-386.

Zehri, F. & Chouaibi, J. (2013). Adoption determinants of the International Accounting Standards IAS/IFRS by the developing countries, *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, 18, 56-62.

Zori, S. G. (2011). *Accounting regime change on financial statements: Ghana (Part II)*. http://solomonzori.blogspot.com/2011/09/accounting-regime-change-on-financial_02.html

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 250/79, de 19 de outubro de 1979, que aprova o Plano de Contas Nacional.

Decreto-Lei n.º 82/2001, de 16 de novembro de 2001, que aprova o Plano Geral de Contabilidade de Angola.

Lei n.º 11/13, de 3 de setembro de 2013, que aprova a Lei das Bases do Setor Empresarial Público.

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. GUIÃO DA ENTREVISTA

Bom dia/Boa tarde. O meu nome é Alcirene Queta e encontro-me, atualmente, a elaborar a minha dissertação de mestrado tendo como finalidade a obtenção do grau de Mestre em Auditoria Empresarial e Pública pelo Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra. O principal objetivo da presente dissertação é identificar as principais dificuldades na implementação das Normas Internacionais IAS/IFRS no Setor Empresarial Público Angolano, pelo que a presente entrevista pretende aprofundar esta questão tendo em conta a perceção de intervenientes a trabalhar em empresas públicas angolanas, nomeadamente, na área da contabilidade. As suas respostas são anónimas e serão utilizadas apenas para fins de investigação académica.

Desde já agradeço a sua disponibilidade!

1. Como descreve o atual sistema contabilístico angolano? Qual a sua opinião sobre este?
2. No âmbito específico das empresas públicas, de que forma se desenvolve o processo contabilístico? Qual a sua opinião sobre o mesmo?
3. O que pensa sobre as Normas Internacionais de Relato Financeiro?
4. Tendo em conta a realidade angolana, quais são as principais dificuldades para a adoção destas normas ou que a convergência com as mesmas coloca?
5. No que concerne aos temas de contabilidade, na sua opinião, quais serão os mais difíceis de aplicação tendo em conta a realidade angolana? Os instrumentos financeiros? Outros?
6. Pensa que o processo de adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro terá custos elevados associados? Quais?
7. No que concerne à formação dos profissionais de contabilidade, como é que esta é realizada?
 - 7.1. Qual a sua opinião sobre a atual formação? Acha-a adequada?
 - 7.2. Quais os temas que deveria a formação incidir mais? Justifique.
 - 7.3. Na sua opinião qual o melhor modelo para ministrar a formação sobre as Normas Internacionais de Relato Financeiro?

8. Da sua experiência quais as matérias e normas internacionais que suscitam as maiores dificuldades e dúvidas de compreensão?
9. Que organismo profissional se deve envolver neste processo de capacitação?
10. Considera que a tradução e adaptação das normas à realidade foram feitas de forma adequada?
11. Tem sentido resistência à mudança? Se sim porquê?
12. Quais são as principais resistências? Quais as principais forças antagonistas?
13. Acha que o Setor Empresarial Público Angolano beneficia da implementação das Normas Internacionais de Reporte Financeiras? Porquê?
14. Tendo em conta as características do setor empresarial público angolano, quais considera ser as principais dificuldades na implementação das Normas Internacionais IAS/IFRS?
15. Considerando as dificuldades identificadas, quais pensa serem as estratégias mais adequadas para as ultrapassar?
16. Sobre as questões expostas acima, que outros aspetos ou experiências gostaria de referir?

Muito obrigada pela sua participação!

ANEXOS

**ANEXO I - EMPRESAS DO SETOR EMPRESARIAL PÚBLICO
ANGOLANO**

Ministério de Tutela	Empresas
Ministério de Agricultura e Pescas	Aldeia Nova S.A CAFANGOL - Empresa de Exportação de Café, U.E.E GESTERRA - Gestão de Terras Aráveis, S.A. MADANG - Empresa Florestal de Madeiras de Angola EDIPESCA NAMIBE, U.E.E EDIPESCA LUANDA, U.E.E. ENATIP - Empresa Nacional de Abastecimento Técnico e Material da Indústria Pesqueira, U.E.E PESKWANZA, U.E.E. PESCANGOLA, E.P.
Ministério da Indústria e Comércio	EAA- Entrepósito Aduaneiro de Angola, E.P Bicom Grupo Zahara
Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social	ANGOP -Agência Angola Press EDIÇÕES NOVEMBRO, E.P. RNA - Rádiodifusão Nacional de Angola, E.P. TPA - Televisão Pública de Angola Gráfica Popular, U.E.E. ANGOLA TELECOM - Empresa de Telecomunicações de Angola, E.P ENCTA - Empresa Nacional dos Correios e Telégrafos de Angola, E.P
Conselho de Ministros	IMPrensa NACIONAL E.P
Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território	ENEP - Empresa nacional de Elaboração de Projectos, U.E.E. ENP - Empresa Nacional de Pontes, E.P HIDROPORTOS - Empresa Nacional de Obras Hidráulicas e Portuárias, U.E.E ENCIME - Empresa Nacional de Cimento, U.E.E. EGTI - Empresa de Gestão de Terrenos e Infraestruturas INSTAL - Empresa Nacional de Instalações Especiais, U.E.E.
Ministério da Cultura	ENDIPU - Empresa Nacional de Discos e Publicações, U.E.E.
Ministério da Defesa Nacional	AEROVIA-E.P - Empresa Nacional de Construção de Aeródromos e Estradas, E.P SIMPORTEX, E.P EFCU - Empresa Fabril de Calçados e Uniformes
Ministério da Economia e Planeamento	ZEE - Zona Económica Especial, E.P.
Ministério dos Transportes	SDBD - Sociedade de Desenvolvimento da Barra do Dande, E.P.

Ministério da Energia e Águas	EASB-Empresa de Água e Saneamento de Benguela - E.P EPASBIÉ - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bié, E.P EPASC - Empresa Pública de Águas e Saneamento de Cunene, E.P EPASCABINDA - Empresa Pública de Águas e Saneamento de Cabinda, E.P EPASBENGO - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo, E.P EPASNAMIBE - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Namibe, E.P EPASHUÍLA - Empresa Pública de Águas e Saneamento da Huíla, E.P EPASLS- Empresa Pública de Águas e Saneamento da Lunda-Sul, E.P EPASLN- Empresa Pública de Águas e Saneamento da Lunda-Norte, E.P EPASH - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Huambo, E.P EASKN - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Kwanza - Norte, E.P EPASKS - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Kwanza - Sul, E.P EPASLOBITO - Empresa Pública de Água e Saneamento do Lobito, E.P EPASMALANGE - Empresa Pública de Águas e Saneamento de Malanje, E.P EPASMOXICO - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Moxico, E.P EPASUÍGE - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Uíge, E.P EPASZ - Empresa Pública de Águas e Saneamento do Zaire, E.P ENDE - Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, E.P ENCEL - Empresa Nacional de Construções Eléctricas, E.P EPAL - Empresa Pública de Águas, E.P PRODEL - Empresa de Produção de Electricidade RNT - Rede Nacional de Transporte
Ministério das Finanças (Banca e Seguros)	BCI - Banco de Comércio e Indústria, S.A. BDA - Banco de Desenvolvimento de Angola, E.P BPC - Banco de Poupança e Crédito, S.A. BODIVA - Bolsa de Dívida e Valores de Angola INVESTPAR (ex-Grupo ENSA - Investimentos e Participações, E.P.) ENSA - Seguros de Angola, S.A SIP - Sociedade de Investimentos e Participações, S.A. RECREDIT, S.A
Governo Provincial de Luanda	ELISAL – Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, E.P ENCIB - Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas Básicas, U.E.E ETP - Empresa de Transportes Públicos de Cabinda, U.E.E

Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos	SONANGOL - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P ENDIAMA - Empresa Nacional de Diamantes de Angola, E.P. SODIAM, E.P
Ministério da Administração Pública e Segurança Social	ENAPP – Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas, E.P
Ministério dos Transportes	EPC - Empresa Portuária de Cabinda, E.P EPS - Empresa Portuária do Soyo, E.P. EPL - Empresa Portuária de Luanda, E.P EPA - Empresa Portuária do Amboim, E.P. EPLOB - Empresa Portuária de Lobito, E.P EPN - Empresa Portuária do Namibe, E.P. SÉCIL MARÍTIMA, S.A CFL - Empresa do Caminho de Ferro de Luanda, E.P. CFB - Caminho de Ferro de Benguela, E.P CFM - Empresa do Caminho de Ferro de Moçâmedes, E.P ENNA - Empresa Nacional de Navegação Aérea, E.P. SGA - Sociedade Nacional de Gestão de Aeroportos, S.A TAAG - Linhas Aéreas de Angola, S.A UNICARGAS - Empresa de Transporte rodoviário de Cargas, E.P. TCUL - Empresa do Transporte Colectivo de Luanda, E.P.

ANEXO II – TABELA DE CODIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto
Sistema Contabilístico Angolano	Descrição PGCA	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 82 - Constituído pelas principais normas internacionais - Comissão criada em 2019 para revisão - Evolução do PGC travada pela falta de conhecimento - Caráter obrigatório/normativo - Distante das Normas Internacionais - Inexistência de várias normas - Desatualização do PGCA - Necessidade de formação - Sistema num período de reforma - Responsabilidade do MF - Não possui comissão (possui, mas não se encontra a desenvolver nada.) - Dois tipos de contabilidade a vigorar: contabilidade pública e contabilidade geral - Grande evolução nos últimos anos - Evolução graças a abertura económica - Convergências relativa as IAS/IFRS 	<p><i>embora o plano de contas angolano ser antigo desde 82 E1</i></p> <p><i>o mesmo tem como base o Decreto nº 82/01 de 16 de novembro, está com 20 anos E3</i></p> <p><i>se prestarmos atenção o mesmo tem na sua composição as principais normas internacionais apenas uma ou outra que o PGCA não previu E1</i></p> <p><i>o que falta aqui é a comissão que foi criada em 2019 fazer essa revisão E2</i></p> <p><i>O PGCA lógico que precisa de uma evolução o se se prende é a falta de conhecimento na grande parte dos órgãos de gestão das instituições publicas. E1</i></p> <p><i>atualmente tem sido muito valorizada por parte dos contribuintes (empresas) por ser de caráter obrigatória e exigida através das obrigações fiscais vigente no país. E2</i></p> <p><i>sistema existente e aplicacional, até porque qualquer normativo é lei e deve ser cumprido E4</i></p> <p><i>ainda apresenta uma certa rigidez e ainda estando distante do encontro as Normas Internacionais para efeitos de Relato Financeiro. E3</i></p> <p><i>esta completo pois várias normas como agricultura não constam do mesmo. E4</i></p> <p><i>O atual sistema contabilístico angolano, apesar do esforço em 2001 com a aprovação de um</i></p>

		<p>- Em evolução</p>	<p><i>plano que aproxima as normas internacionais, encontra-se desatualizado. E5</i></p> <p><i>Administrar cursos de capacitação para técnicos. E5</i></p> <p><i>O sistema contabilístico angolano está em um período de reforma E6</i></p> <p><i>Uma vez que Angola não possui uma Comissão de Normalização Contabilística e/ou entidade reguladora, compete ao Ministério das Finanças, à alteração do PGCA às normas em conformidade ao padrão internacional. E6</i></p> <p><i>No atual Sistema Contabilístico Angolano, vigora a Contabilidade Pública e a Contabilidade Geral. E7</i></p> <p><i>A Contabilidade Pública é aquela que é empregue no controlo da execução do Orçamento Geral do Estado, e é regulada pela Direção Nacional de Contabilidade Pública. Por outro lado, a Contabilidade Geral, que é empregue no sector privado é regulada pela Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola, para o sector não financeiro E7</i></p> <p><i>Adicionalmente, as normas e procedimentos adotados na Contabilidade Pública estão plasmados no Decreto n.º 36/09, de 12 de agosto, Sistema Contabilístico do Estado (SCE) E7</i></p> <p><i>O sistema contabilístico angolano apresentou uma grande evolução nos últimos anos a caminho de</i></p>
--	--	----------------------	--

			<p><i>uma convergência com as normas internacionais do setor. E8</i></p> <p><i>com a evolução e com os compromissos na qual o país está envolvido surge a oportunidade de nos abrir ao mundo e com ela a entrada das normas que regem o plano internacional. E9</i></p>
<p>Processo contabilístico nas empresas públicas angolanas</p>	<p>Necessidade de informações financeiras</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contabilidade como estratégia de organização - Importância das demonstrações financeiras - PGCA como documento base - Plano Geral de Contabilidade - Regras de concorrência de mercado - Linguagem comum 	<p><i>fazendo nascer a necessidade de uma informação financeira, através da contabilidade. Porque a contabilidade tem o papel de organizar o sistema financeiro de uma instituição. E2</i></p> <p><i>A contabilidade no SEP é desenvolvida com o PGCA como documento base e é de carácter legal. E5</i></p> <p><i>Relativamente às empresas públicas, o processo contabilístico obedece as normas e procedimentos estabelecidos pelo Plano Geral da Contabilidade (PGC), que é regulado pela Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola E7</i></p> <p><i>Em Angola o setor empresarial público é regido pelas regras de concorrência do mercado, assim, a sua atuação deve obedecer as regras estabelecidas para as empresas privadas. Deste modo, qualquer normativo contabilístico aplicado ao setor empresarial privado, deve ser seguido pelas empresas públicas E8</i></p> <p><i>padronizar os instrumentos financeiros a um nível aceite aos atores de todo mundo, tornando perceptível a sua linguagem comum. E9</i></p>

	Estrutura do PGCA	<ul style="list-style-type: none"> - Dividido em duas partes: bancos e seguradoras - Diferentes bases normativas - Seguros: Normas internacionais - Restantes: Decreto nº 82/01 de 16 de novembro - Existência de limitações - Necessidade atualização para as ISA 	<p><i>O processo contabilístico angolano encontra-se dividido em 2 partes, as bancárias e as seguradoras estão mais assentes nas normas internacionais, ao passo que as restantes empresas se encontram assentes no Decreto nº 82/01 de 16 de novembro E3</i></p> <p><i>fazem uso das normas embora com algumas limitações, mas sem se ausentar das Demonstrações Financeiras. E4</i></p> <p><i>A minha opinião continua a ser a atualização do PGCA para seguir a dinâmica das IASs E5</i></p>
As Normas Internacionais de Reporte Financeiro	Definição	<ul style="list-style-type: none"> - Controlo de Operação - Importantes para o contexto internacional - Harmonização e uniformização do sistema financeiro - Princípios comuns a todos os países - Facilidade de leitura da informação - Devem ser adaptadas à realidade local - Pouco tem sido feito para tornar obrigatórias as IAS - Necessidade do envolvimento da ordem e do ministério das finanças - Regulação e padronização dos instrumentos financeiros - Valorização do investimento 	<p><i>em teoria são os elementos que conduzem a uma boa elaboração de controlo da operação de qualquer entidade, pois qualquer empresa tem várias operações que devem ter o devido tratamento face ao contexto internacional. E1</i></p> <p><i>Sobre as normas internacionais de Reporte Financeiro penso que vêm para harmonizar o sistema financeiro de uma forma conjunta. E2</i></p> <p><i>A norma internacional de Reporte Financeiro tem como objetivo uniformizar as demonstrações financeiras E3</i></p> <p><i>elaborada de acordo com um conjunto de princípios comum a todos os países, que permita preparar; auditar e interpretar de forma o mais semelhante possível essa informação. E2</i></p> <p><i>tornando mais claro a leitura da informação</i></p>

		<p>- Possibilidade de comparação do desempenho empresarial</p>	<p><i>produzida entre diferentes países. E3</i></p> <p><i>porém ter sempre em conta o enquadramento local, ou seja, fazer uma adaptação em função do contexto. E4</i></p> <p><i>Apesar de haver um, esforço, sobre tudo no setor bancário, pouco se tem feito para a obrigatoriedade dos registos contabilísticos com base nas IASs. A envolvimento do MIN.FIN e da OCPCA por via da comissão de CNNCA é útil E5</i></p> <p><i>regular, padronizar os instrumentos financeiros a um nível aceite aos atores de todo mundo E6</i></p> <p><i>ligar aspectos teóricos à prática e essencialmente, valorizar a necessidade de as empresas investirem. E6</i></p> <p><i>A grande vantagem da convergência das práticas contabilísticas é a possibilidade de comparar o desempenho de empresas de mesmo seguimento representados em territórios distintos E8</i></p>
<p>Dificuldades de adoção tendo em conta a realidade angolana</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Falta de educação contabilística - Falta de entidade de controlo/ controlo interno - Falta de revisão por parte dos órgãos de tutela - Ausência de legislação para a a transição - Interesse das empresas SEPA 	<p><i>é falta de educação contabilística por parte dos órgãos de gestão que é muito patente no setor publico e estamos a falar de pessoas em posição de tomada de decisão E1</i></p> <p><i>falta do cumprimento dos princípios contabilísticos em suma falta de controle interno para garantir a sua aplicabilidade. E1</i></p> <p><i>órgãos de tutela em poder rever as normas contabilísticas angolana em harmonia com as normas internacionais. E2</i></p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Falta de formação de técnicos - Programas desajustados - Falta de comprometimento das entidades - Fraco desempenho da economia - Dependência do petróleo - Resistência legal - Falta de conhecimento - Resistência na procura de formação - Informalidade da economia 	<p><i>a ausência de legislação que permita a transição do PGCA em utilização em Angola para as normas internacionais de contabilidade e aceitação das mesmas pela Ordem dos Peritos Contabilistas E3</i></p> <p><i>ao nosso ver não existe esta dificuldade, existe sim o interesse por parte das empresas do SEPA na sua adoção, pois estas têm grande interação com as empresas internacionais E4</i></p> <p><i>Temos dificuldades a nível da formação dos técnicos, cujos programas estão desajustados, a falta de material já atualizada (PGCA), falta de comprometimento dos membros do CNNCA E5</i></p> <p><i>Temos grandes dificuldades a enfrentar, partindo pelo fraco desempenho da economia, restringida na maior parte ao petróleo, sistema informal muito presente, falta de know how E6</i></p> <p><i>Resistência legal devido a algumas leis em vigor; Falta de conhecimento ou domínio do tema; Resistência na busca da formação E7</i></p> <p><i>Para a realidade de Angola, penso que, o alto nível de informalidade da economia tem prejudicado a massificação na adoção das boas práticas contabilísticas nacionais ou internacionais E8</i></p> <p><i>sistema informal muito presente, falta de know how etc. E9</i></p>
--	--	---	---

	<p>Temas de mais difícil aplicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Controlo interno - Tratamento de ativos biológicos - Equivalência patrimonial - Contratos de construção - Rédito - Agricultura - Sem dificuldades - Norma sobre imobilizações - Inexistência de registos - Implementação do IVA - Estimativas e erros - Subsídios e apoios governamentais - Divulgação partes relacionadas 	<p><i>a área de controlo em interno não é autossuficiente ainda temos problemas de base como debilidades de previsão, e depois temas mais complexos como o tratamento de ativos biológicos E1</i></p> <p><i>Tendo em conta a realidade angolana, o mais difícil de aplicação é a contabilização do método de equivalência patrimonial. E2</i></p> <p><i>pela experiência que eu tive na academia da OCPCA bem como na vida profissional, apresentaria os seguintes temas: IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito e IAS 41 Agricultura. E3</i></p> <p><i>não existe essa dificuldade, repito a contabilidade é feita com base na lei e qualquer país faz o uso com base na sua realidade E4</i></p> <p><i>aplica-se sim os artigos que vão ao encontro da sua realidade e hoje Angola aplica o mesmo, mas falta em alguns setores como na agricultura. E4</i></p> <p><i>A norma que aborda as imobilizações, sobretudo no setor público, temos empresas com imóveis, mas não sabem quanto custaram, tudo porque o acionista cedeu sem nenhum documento (...) E5</i></p> <p><i>Implementação do IVA, uma vez que, o grande desafio consiste na conversão da economia informal. E6</i></p>
--	--	--	--

	<p>Custos associados à adoção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Custos elevados em termos de formação/capacitação profissional - Impostos - Necessidade de ajustamentos - Gastos podem ser recuperados - Sem custos - Comissão já criada, mas não acompanha - Extinção de empresas 	<p><i>sim tem efeito, exemplo disso foi quando o setor financeiro se viu obrigado, teve custos elevados com formações e não só E1</i></p> <p><i>Impostos E2</i></p> <p><i>a conversão de demonstrações financeiras preparadas de acordo com o Decreto em vigor em Angola para as Normas Internacionais de Contabilidade pode gerar ajustamentos que podem resultar em perdas económicas e financeiras e fiscais. E3</i></p> <p><i>qualquer iniciativa desta magnitude gera custos ou perdas no âmbito fiscal o que é normal recursos estes que a posterior podem sempre ser recuperados. E4</i></p> <p><i>Não acho, até porque já existe uma comissão criada para o efeito, o que falta é o acompanhamento dessa comissão. E5</i></p> <p><i>Custos serão sempre a extinção de muitas empresas, know how formação de agentes económicos, sociais, reguladores E6</i></p> <p><i>O principal custo está na capacitação profissional dos técnicos para dar respostas a esta exigência. E8</i></p> <p><i>Know how, formação de agentes económicos, sociais, reguladores com o fim de desenvolverem paulatinamente, passo a passo sem pular etapas. E9</i></p>
--	-----------------------------------	--	--

<p>A formação da OCPCA relativamente às normas internacionais</p>	<p>Adequação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pioneira - Em fase de crescimento - Técnicos de base - Centralizada em Luanda - Adequada - Formação contínua - Acompanha as exigências - Preocupação da Ordem com futuros contabilistas - Duas fases de formação: I) PGCA; II) Normas internacionais - Sem atualizações - Formação intensiva - Debate nas Universidades e nos Media 	<p><i>é pioneira em Angola e em fase de crescimento comparativamente à Ordem portuguesa E1</i></p> <p><i>esta formação só é dada aos técnicos de base e não propriamente a nível de gestão. E1</i></p> <p><i>esta formação é mais sentida a nível de Luanda e o resto do país ainda não acompanha na sua totalidade estas formações. E1</i></p> <p><i>É adequada, até porque é uma formação contínua e que acompanha as exigências internacionais E4</i></p> <p><i>É feita de forma contínua e atualizada E2</i></p> <p><i>demonstra claramente uma certa preocupação da OCPCA com o facto dos futuros contabilistas certificados terem domínio das normas internacionais E3</i></p> <p><i>a primeira fase da formação é ensinada ao formando no domínio do PGCA e já na segunda fase a formação é baseada às normas internacionais. E3</i></p> <p><i>A formação atualmente é feita num ambiente controlado, sem muitas atualizações E5</i></p> <p><i>períodos intensos de formação, abertura do debate aberto à Universidade e aos Media (rádios e televisões etc) E6</i></p> <p><i>da OCPCA E9</i></p>
---	------------------	--	--

	<p>Adequação da formação atual</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Adequada - Bom trabalho da Ordem - Bons métodos de ensino - No bom caminho - Abertura para melhorar 	<p><i>É adequada, a Ordem tem atuado perfeitamente na divulgação e formação das normas. E1</i></p> <p><i>Acho adequado, porque os métodos de ensino (da OCPCA) ajuda os recém-formados a terem competência no local de trabalho. E2</i></p> <p><i>Estamos no bom caminho, precisamos melhorar, mas já se faz alguma coisa. E6</i></p> <p><i>no bom caminho, mas precisamos melhorar E9</i></p>
	<p>Temas que a formação deveria incidir mais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de acordo com a realidade angolana - Programa dividido em duas fases - Interpretação das IAS - Contabilidade das empresas petrolíferas - Aplicação na integra ainda não começou - Papel das instituições de ensino superior - Atualização das Unidades de Correção Fiscal - Reavaliações dos imobilizados - Rendimentos dos Gestores 	<p><i>O atual programa de formação da academia da OCPCA está de acordo com os parâmetros de preparação de um bom contabilista, face à realidade angolana e internacional. E1</i></p> <p><i>Sou de opinião que o atual programa de formação da academia da OCPCA está de acordo com os parâmetros de preparação de um bom contabilista, porque a mesma é repartida em duas fases E3</i></p> <p><i>O atual programa de formação da academia da OCPCA está de acordo com os parâmetros de preparação de um bom contabilista, face à realidade angolana e internacional. E4</i></p> <p><i>Por mim, para além das formações que têm sido dadas, deve aprofundar-se a interpretação das IAS e a contabilização das empresas petrolíferas. Porque fala-se pouco disso em Angola. E2</i></p> <p><i>Fica difícil responder a essa questão, sabendo que ainda não começou o processo de aplicação na</i></p>

			<p><i>íntegra das normas internacionais E3</i></p> <p><i>Já existem iniciativas da OCPCA sobre as IAS, mas ser mais discutidas ou abordadas também no seio das universidades, institutos politécnicos com cursos ligados às empresas E5</i></p> <p><i>Reavaliações dos imobilizados, há anos que o país não atualiza os UCF. Os rendimentos dos gestores (ifrs 2) E6</i></p> <p><i>Reavaliações dos imobilizados, os rendimentos dos gestores E9</i></p>
	Modelo ideal para ministrar a formação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação das necessidades - Necessidade de acompanhar as leis internacionais - Formação contínua - Ambiente real - Seio académico - Modelo prático e estudos de caso 	<p><i>não há propriamente um modelo o que deve existir é uma avaliação das necessidades das instituições face às exigências internacionais, e à medida que o nosso mercado cresce deve acompanhar em conformidade com as leis existentes. E1</i></p> <p><i>Formação contínua E2</i></p> <p><i>Ambiente real, divulgação das IAS no seio académico ou universitário E5</i></p> <p><i>Modelo de exposição prática, ou seja, estudos de caso. E6</i></p>
	Matérias e normas que suscitam mais dúvidas	<ul style="list-style-type: none"> - Não existem dificuldades - Falta de obrigatoriedade de aplicação - Falta de interesse dos organismos responsáveis - Sistemas de contabilizações das empresas intergrupo 	<p><i>repito não existe esta dificuldade, existe sim a falta de obrigatoriedade na maior parte dos setores em Angola. E4</i></p> <p><i>não existe dificuldade, precisamos é ter maior interesse por parte dos organismos responsáveis em traduzir a aplicabilidade das normas face ao nosso contexto. E1</i></p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura - Rédito - Contratos de Construção - Imobilizações - Falta de registos das empresas públicas - Influência do índice de <i>inadimplência</i>. 	<p><i>Sistemas de contabilização das empresas intergrupo (empresa mãe e as filiares), ou seja, a contabilização das investidas em subsidiária, no método da equivalência patrimonial. E2</i></p> <p><i>durante a vida profissional os temas que mais suscitam dúvidas são: IAS 41 – Agricultura; IAS 18 Rédito e IAS 11 Contratos de Construção. E3</i></p> <p><i>As imobilizações porque a maior parte da infraestrutura das empresas públicas não tem registos E5</i></p>
	<p>Organismo de capacitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - OCPCA - Ministério das Finanças - Comissão de normalização contabilística - Inexistência de Ordem dos auditores - Universidades - Necessidade de intercâmbio entre as universidades e a OCPCA - Divergência de conteúdo programático - Reguladores estatais e independentes 	<p><i>a OCPCA já faz, mas que obviamente precisa do envolvimento das demais instituições como Ministério das Finanças, comissão de normalização contabilística. E1</i></p> <p><i>Enquanto Angola não existir Ordem dos Auditores, o Organismo profissional indicado deve ser a OCPCA. E2</i></p> <p><i>As universidades deviam se envolver no processo de capacitação do profissional de contabilidade, porque nota-se claramente uma grande divergência no conteúdo programático das universidades com o da academia da OCPCA. E3</i></p> <p><i>para além da academia da OCPCA, sugiro um melhor enquadramento desta matéria por parte das universidades bem como do Ministério das Finanças como órgão responsável. E4</i></p> <p><i>OCPCA, MINFIN, Direções Nacionais E5</i></p> <p><i>A OCPCA, as Universidades e os</i></p>

			<p><i>reguladores estatais e independentes. E6</i></p> <p><i>O organismo profissional que se deve envolver neste processo de capacitação é a OCPCA. E8</i></p> <p><i>A OCPCA e as Universidades E9</i></p>
Tradução e adaptação das normas à realidade angolana	Adequação	<ul style="list-style-type: none"> - Adequadas - Órgãos de tutela competentes - Falta de atualização do plano de contas - Consideração geográfica 	<p><i>Sim, porque os órgãos de tutela são indivíduos competentes na área (...). E2</i></p> <p><i>Sim, a tradução foi feita, o que falta é a atualização do plano de contas, este último não acompanhou a evolução. E4</i></p> <p><i>Sim, ela deve ser entendida de acordo a realidade geográfica onde atua. E9</i></p>
Resistência à mudança relativamente às normas internacionais	Existência de resistência	<ul style="list-style-type: none"> - Não existe resistência - Mais benefícios que desvantagens - Mudança nos tempos - Resistência por parte das chefias - Excesso de trabalho impede tradução e adaptação - A comissão não apresenta resultados - Oposição devido ao hábito - Necessidade de plano rigoroso de implementação 	<p><i>Não tem sentido a resistência à mudança porque a adaptação do PGCA às normas internacionais proporciona mais benefícios do que desvantagens. Só não tem carácter obrigatório como já me referi anteriormente. E3</i></p> <p><i>Sim. Porque, os tempos estão a mudar e as realidades são outras. E2</i></p> <p><i>A resistência vem por parte do topo pois as pessoas colocadas nos lugares de direção muitas das vezes ocupam cargos como muita carga horária em muitas instituições, o que limita avançar e a tradução e o acompanhamento dos normativos internacionais e claro as limitações políticas existentes. E1</i></p> <p><i>Sim porque se olharmos essa comissão existe já vai um bom tempo, mas sem resultados palpáveis E5</i></p> <p><i>Sim, porque sempre se opõem ao novo devido ao</i></p>

			<p><i>hábito por isso deve obedecer a um plano rigoroso de implementação. E6</i></p> <p><i>Ao novo sempre se opõem devido à rotina E9</i></p>
	Principais resistências	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de revisão - Problema relacionado com a lei - Falta de interesse dos órgãos responsáveis - Não existe separação do poder político do legislativo - Falta de atualização do PGCA - Fraca capacitação – gestão, contabilidade e aplicações informáticas - Mercado informal 	<p><i>Desde há 5 anos os contabilistas apelam à revisão das normas de contabilidade vigentes em Angola. E2</i></p> <p><i>Na minha opinião o principal problema para a aplicação das normas internacionais em Angola é a própria lei, o Plano Geral de Contabilidade, cujo seus aspectos normativos ainda estão muito distanciados daquilo que são os elementos previstos nas normas internacionais E3</i></p> <p><i>não direi resistência mas falta de interesse por parte dos órgãos responsáveis e as principais forças antagonistas são a politização ou seja não há uma separação do poder político face aquilo que deve ser feito com base na lei E4</i></p> <p><i>Desestabilização da comissão, falta de atualização do PGCA, E5</i></p> <p><i>A principal é o conhecimento (know how), domínio das aplicações informáticas e sobretudo o mercado informal que é o maior número na economia. E6</i></p> <p><i>A principal é o conhecimento e domínio das aplicações informáticas E9</i></p>
Benefícios para o SEPA	Benéficos da implementação das Normas Internacionais de Reporte financeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio do Banco Mundial - Organização do sistema financeiro 	<p><i>o Banco Mundial em função do apoio que dá, coloca sempre instituições internacionais para apoiar o que acaba por ter</i></p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Evita fraudes e distorções - Ajuda na interpretação das demonstrações financeiras - Identificação dos assuntos que devem ser alvo de interpretação detalhada e aprofundamento - PGCA não prevê todas as atividades, normas sim - Fundos internacionais - Acompanhamento por parte dos parceiros estrangeiros - Fiabilidade dos indicadores internos e externos - Abertura para o mercado exterior 	<p><i>benéficos para as empresas angolanas. E1</i></p> <p><i>Na organização do sistema de controlo financeiro evitando assim fraudes e distorções, como também na política administrativa da própria instituição no seu todo. E2</i></p> <p><i>Vai ajudar os utentes das Demonstrações Financeiras na interpretação da informação contida nas mesmas. E2</i></p> <p><i>Ajudar a identificar assuntos que devam constituir alvo de interpretação detalhada e aprofundamento em fases seguintes. E2</i></p> <p><i>Penso que em algumas áreas de atuação em que o Plano Geral de Contabilidade não prevê na integra as atividades que a empresa exerce, obrigatoriamente implementa-se as normas internacionais E3</i></p> <p><i>pois alguns destes setores se beneficiam ainda que de forma indireta dos fundos internacionais, logo é importante que estejam em conformidade na aplicação das normas. E4</i></p> <p><i>Sim beneficia porque temos fornecedores e outros parceiros no estrangeiro, isso vai-lhes permitir que acompanhem o desempenho do SEP. E5</i></p> <p><i>Garante fiabilidade quanto à interpretação relativamente à comparação de indicadores internos e externos. Beneficia assim da abertura para as empresas E6</i></p> <p><i>abertura para empresas do Estado para o mercado</i></p>
--	--	--	--

			<i>nacional e internacional. E9</i>
Dificuldades de implementação no SEPA	Principais dificuldades	<ul style="list-style-type: none"> - Capital humano - Falta de interesse no legislador - O diploma legal - Normas angolanas não revistas em harmonização - Legislação não obrigatória - Falta de vontade política - Pessoas sem disponibilidade - Elevada corrupção 	<p><i>o principal entrave para a implementação das normas internacionais em Angola é o diploma legal que regula as atividades dos contabilistas no nosso país (Decreto nº 82/01 de 16 de Novembro) que está ainda muito distante daquilo que é a uniformidade com as normas internacionais. E3</i></p> <p><i>É de não rever as normas contabilísticas angolanas em harmonização com as normas internacionais, e oficializar pelos nossos legisladores. E2</i></p> <p><i>não existe esta dificuldade, o normativo internacional é lei e se o Ministério das Finanças disser que deve se aplicar, aplica-se; esta orientação é que não é colocada como obrigatoriedade; por exemplo no setor do petróleo aplica-se sem qualquer dificuldade. E4</i></p> <p><i>Vontade política, porque existe a comissão criada, o próprio formato ou critério adotado para a criação da referida comissão E5</i></p> <p><i>pessoas sem tempo, deveria recrutar pessoas disponíveis para isso. E5</i></p> <p><i>Ainda o alto número da corrupção em busca de vantagens pessoais. E6</i></p> <p><i>A organização não casa com a corrupção. E9</i></p>
	Como ultrapassar as dificuldades	<ul style="list-style-type: none"> - Obrigatoriedade da aplicabilidade - Funcionamento adequado dos conselhos fiscais 	<p><i>a partir do momento que a aplicabilidade passar a ser obrigatória. E4</i></p> <p><i>Um funcionamento adequado dos conselhos</i></p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Consulta junto dos contabilistas - Reajustar o PGCA no enquadramento das normas internacionais - Criação de uma comissão exclusiva para o efeito - Modernização das práticas de gestão - Melhor desempenho da BVDA - Aperfeiçoamento da auditoria - Incentivos fiscais - Sistema de prestação de contas 	<p><i>ficiais até porque estas leis em Angola já existem. E1</i></p> <p><i>Os contabilistas devem pronunciar-se perante a Ordem, que o órgão credível para que então o legislador possa dar o seguimento do mesmo. E2</i></p> <p><i>A principal estratégia para a resolução do problema apresentado é o reajuste do Plano Geral de Contabilidade de modo a enquadrá-lo o máximo possível com as normas internacionais. E4</i></p> <p><i>Criar uma comissão com pessoas disponíveis para o efeito E5</i></p> <p><i>Incentivos fiscais E6</i></p> <p><i>Modernizar as práticas de gestão em conformidade aos desafios, no atual contexto. Melhor performance da BVDA (Bolsa de Valores e Derivados de Angola). Aperfeiçoamento dos métodos de auditoria interna. E6</i></p> <p><i>Maior abertura e enraizamento do sistema de prestação de contas E9</i></p>
Aspetos e experiências sobre o tema	Sugestões	<ul style="list-style-type: none"> - Importância da formação / formação contínua - Participação de entidades com maior experiência - Importância da atualização do plano por parte do Ministério das Finanças - Importância da aplicação das normas INTOSAI 	<p><i>como profissional sugiro um maior investimento em formações, só com isso podemos fazer cumprir os princípios contabilísticos. E1</i></p> <p><i>Incentivar a OCPCA nas suas políticas de formações; atualizar os membros nas normas internacionais; a OCPCA também deve promover formações referentes *a contabilização das empresas petrolíferas, por ser um ramo de muita complexidade e não se fala em Angola. E2</i></p>

			<p><i>é o processo de implementação das normas internacionais em Angola seria a participação de entidades com maior experiência nesse processo, ou seja, aprender com a experiência de Países que estiveram na mesma situação e conseguiram superar, até enquadrar as suas atividades contabilísticas com as normas internacionais E3</i></p> <p><i>todos intervenientes destas matérias devem fazer sempre um refresco mesmo após concluído as formações, e o Ministério das Finanças deve rapidamente atualizar o plano de contas e ter as normas como uma prioridade tal como teve quando decidiu aplicar o IVA em Angola. E4</i></p> <p><i>De igual modo que o SEP está atrás do prejuízo, estaríamos a pensar para o setor público administrativo e uso das normas da INTOSAI. E5</i></p>
--	--	--	--